



NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS

EVENTO: Diligência em Curitiba	N°: 000709/01	DATA: 09/08/01
INÍCIO: 13:46	TÉRMINO: 18:42	DURAÇÃO: 4:16
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4:17	PÁGINAS: 137	QUARTOS: 55
REVISORES:		
SUPERVISÃO: GILZA, LÍVIA COSTA, MÁRCIA, ZUZU		
CONCATENAÇÃO: ZUZU		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Gerente de Patrimônio do Estado do Paraná.
AUGUSTO CANTO NETO - Secretário de Obras do Estado do Paraná.
ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Superintendente Regional do INSS.
ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Secretária de Educação Básica do Estado do Paraná.
JOÃO ALBERTO SANTCHUK - Chefe de Distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.
PAULINHO DALMAZ – Engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem — DER.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa de Curitiba, Paraná.
Há termos ininteligíveis.
Há intervenções inaudíveis.
Há falha na gravação.
A reunião foi suspensa e reaberta duas vezes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as possíveis irregularidades atentatórias aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade administrativa e da economicidade nas obras iniciadas e não concluídas e os bens imóveis que não estão sendo utilizados, ou utilizados inadequadamente, pela administração federal, intitulada CPI das Obras Inacabadas. Nós, inicialmente, queremos agradecer a acolhida pelo Presidente desta Casa, que nos acolheu aqui afetivamente, inclusive contribuindo, Deputado e Presidente Hermas. Na condição de Parlamentar e representando a Câmara dos Deputados, nós queremos agradecer a abertura desta Casa, naturalmente na contribuição que nós queremos fazer ao País como legisladores e, acima de tudo, o compara omissa da transparência na aplicação de recursos do povo brasileiro. Nós estamos agora com o terceiro Estado nessas investigações. Por isso, nós estamos aqui não só para detectar irregularidades na aplicação de recursos, como também colaborar no sentido de que esses recursos cheguem aos seus destinos corretos e que as obras inacabadas cheguem às suas conclusões. Antes de começarmos as declarações dos convidados, a CPI queria passar a palavra ao Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS EURIDES BRANDÃO – Ao saudar o Deputado Federal Damião Feliciano, quero dar as boas-vindas a todos os Srs. Parlamentares Federais. Quero também cumprimentar o nosso colega Parlamentar do Estado de Minas Gerais, Deputado Paulo Piau; os nossos Deputados Estaduais Orlando Pessuti e Irineu Colombo; o Secretário de Obras do Governo Jaime Lerner, Secretário Augusto Canto. É com uma satisfação enorme que recebemos hoje a visita dos



ilustres membros da CPI das Obras Inacabadas instalada pela Câmara dos Deputados. Ao colocarmos as instalações e serviços da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à disposição dos senhores membros da CPI, queremos expressar o nosso inteiro apoio às atividades que serão levadas a efeito em nosso Estado. Embora o assunto a tratar hoje seja de competência federal, é inegável que o levantamento da situação dos edifícios e projetos realizados com dinheiro público é de interesse da sociedade paranaense. Por isso, ao darmos as boas-vindas aos Srs. Deputados e assessores, reafirmamos nosso apoio para que a estada da Comissão seja positiva e corresponda inteiramente aos objetivos de melhorar as práticas de governo do nosso País. Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – O Presidente Hermas anunciou que tem outros compara omissos. Quero agradecer a presença de V.Exa., em nome da Câmara dos Deputados e do povo brasileiro.

O SR. HERMAS EURIDES BRANDÃO – Obrigado. Nós estaremos juntos ainda durante a (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Está bom. Muito obrigado. Eu queria dizer que esta reunião foi convocada para ouvirmos o depoimento, hoje à tarde, dos seguintes convidados do Estado do Paraná: Sra. Elizabete Fátima da Silva, Gerente de Patrimônio; Sra. Alcyone Saliba, Secretária de Educação Básica; Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Saúde; Sr. Augusto Canto Neto, Secretário de Obras; Sra. Elizabeth Lobo dos Santos, Superintendente Regional do INSS; Sr. José Antônio Andreguetto, Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Sr. José Tavares da Silva Neto, Secretário de Segurança Pública; Sr. João Alberto, Chefe de Distrito do DNER; e Sr. Paulinho



Dalmaz, engenheiro do DER. Esclareço aos convidados e debatedores que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição, e solicito a todos que falem ao microfone, para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Findas as exposições, daremos início às interpelações. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Só solicitar, Presidente, cumprimentando todos os membros presentes nesta Casa, autoridades e Deputados, que V.Exa. providenciasse alguém daqui que identificasse os Parlamentares. Por exemplo, o Irineu eu já conheci, no almoço, mas há outros Secretários que nós não conhecemos. Que cada Deputado que fosse chegando que pudéssemos anunciar, para deixar registrada a visita dos Parlamentares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – O Deputado Orlando Pessuti estava aqui e o Deputado...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Irineu Colombo. Registrar sua presença. Bom, inicialmente vamos convidar a Sra. Elizabeth Fátima da Silva, Gerente de Patrimônio, para fazer parte da Mesa. *(Pausa.)* Sra. Elizabeth Fátima da Silva, V.Sa. tem dez minutos para as suas exposições iniciais.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Bom, eu quero primeiramente desejar uma boa-tarde. Eu fui convidada para participar e eu não sei exatamente qual é o assunto; se existe algum assunto específico ou ele é de forma genérica. Então, eu vou falar um pouco do Patrimônio da União, das competências do Patrimônio da União, de qual a sua atividade institucional, e depois, se os Deputados quiserem nos questionar a respeito de algum assunto específico, eu me



coloco à disposição. O Patrimônio da União tem como função institucional administrar os imóveis de propriedade da União. Esses imóveis, nós temos imóveis que são caracterizados como próprios nacionais — que são aqueles utilizados no Serviço Público Federal — e temos os imóveis dominiais, que são caracterizados por aqueles terrenos, hoje, na sua grande maioria, os terrenos de Marinha, acrescidos, de Marinha. Nós temos também dominiais localizados no interior do Estado, mas esses geralmente são ocupados por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, nas suas atividades institucionais. A nível de próprio nacional, o controle desses imóveis, algum tempo atrás, ficou um pouco relegado em função da estrutura do Patrimônio da União, que não atendia às necessidades para que nós pudéssemos fazer um levantamento desses imóveis. A nova gestão do Patrimônio — que teve início em final de 98, início de 99 — implantou o recadastramento desses imóveis; criou um novo sistema, que vai substituir o atual sistema, que já é arcaico e não atende mais às necessidades do Patrimônio. Esse recadastramento está nos possibilitando identificar os imóveis de propriedade da União e as suas situações. Nós ainda estamos na fase de recadastramento. São duas fases: o recadastramento, que vai levantar... que tem por objetivo levantar a quantidade de imóveis, quem os estão utilizando, e a segunda fase, que deve começar no início de 2002, que tem por objetivo regularizar a situação dos imóveis que porventura não estejam sendo utilizados da forma como deveriam. A nível de Paraná, até onde nós pudemos chegar, nós estamos com aproximadamente 90% dos imóveis recadastrados — não regularizados; recadastrados. Nós não encontramos, a nível de Paraná, nenhum problema assim que nós possamos dizer que... Aqui, no caso, a CPI é de obras inacabadas. Nós não temos nenhum caso... não verificamos, até o



momento, nenhum caso de obras inacabadas. A função do Patrimônio da União não é verificar se as obras estão inacabadas ou não. Essa não é a atividade do Patrimônio da União. Por quê? Porque quando você entrega um imóvel para um órgão público federal, estadual ou municipal — no caso, mais o federal... Porque quando você entrega uma terra nua ou um prédio para ele construir, ou administrar, ou reformar, a administração desse imóvel passa totalmente para esse órgão. Então, os recursos são desse órgão. Os recursos não são do Patrimônio para ele construir as obras. Por exemplo, se eu entrego um imóvel para o TRT — eu tenho uma terra nua e entrego para o TRT; ele quer construir a sede da Junta de Conciliação —, os recursos vêm para o TRT; do Governo para o TRT. Então, o Patrimônio não entra nesse mérito da construção do prédio. No caso de imóveis mal utilizados... Eu não sei o que a CPI entenderia por mal utilizados. Depois, até eu gostaria que... Nós temos os imóveis utilizados por órgãos públicos, tanto federais como municipais. Uns estão usando realmente áreas maiores do que às vezes necessitaria. Isso não é... isso não é uma característica... isso não é uma situação normal, são exceções. Mas esse trabalho de recadastramento justamente visa solucionar esta situação: chegar, após o recadastramento, fazer uma análise da racionalidade do uso do imóvel e possibilitar que mais órgãos públicos usem aquele imóvel que, porventura, estiver sendo mal utilizado. Eu entendo por mal utilizado... Isso aqui, a nível de Paraná. Porque nós não temos, a nível de Paraná, situações de utilização inadequada dos imóveis. Os imóveis que nós não temos aplicados no Serviço Público, que porventura nós verificamos que a situação, a vocação deles não seja para utilização de órgão público, nós, imediatamente, após as consultas, disponibilizamos para alienação, para que a gente não fique com o imóvel, porque



nós não temos recursos para manter esses imóveis. Então, a saída que menos prejuízo traz à União é alienar esses imóveis e que órgão público federal não tenha interesse na sua utilização. Eu acho que... Bom, eu quero deixar claro que o Patrimônio da União, a função do Patrimônio da União, ela é cartorial. O Patrimônio da União é o cartório da União. Todo documento, todo contrato de cessão, alienação ou locação, ele tem força de escritura pública, que sai do Patrimônio da União. Então, o documento sai do Patrimônio da União, assinado pelo Procurador da Fazenda Nacional, que é o representante legal da União, direto para o cartório de registro de imóveis, para providenciar o registro. Estou à disposição de questões que, porventura, possam...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, gostaria que o senhor comunicasse à Dra. Elizabete Fátima da Silva que a CPI não é só de obras inacabadas. A CPI quer saber os bens imóveis, o patrimônio da União; ela quer saber se está sendo bem usado e quem é o patrimônio da União. Então, a CPI não é só de obras inacabadas. Ela está aqui para dar informação para a CPI de todos os bens imóveis da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria comunicar a V.Exa. que agora a Dra. Elizabete Fátima vai poder responder aos questionamentos, inclusive naturalmente as questões que o senhor levantar em relação aos bens imóveis da União. Com a palavra o Relator, Deputado Anivaldo Vale.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dra.

Elizabete, eu queria inicialmente agradecer à senhora a presença nesta Comissão e as informações que a senhora traz para nós, dentro de um campo de espontaneidade e com muita firmeza até. Mas, além dessas informações, eu queria dizer à senhora que a gente precisa aprofundar mais um pouco a nossa conversa. Mesmo porque o Deputado Norberto, nosso colega, colocou para a senhora com muita procedência que realmente a CPI contempla outros pontos e a preocupação da senhora em relação ao que é usar inadequadamente um imóvel. Eu acho que todos esses exemplos que a senhora colocou, certamente, eles estão ajustados naquilo que é adequado. O que não é adequado é a União ter o imóvel e largar o imóvel abandonado, não administrar esse imóvel. Como bem a senhora registrou, aqui no Paraná não tem desses casos, e isso é muito bom. Em outros Estados, no entanto, a gente tem conhecimento do mau uso desse imóvel, da má administração desse imóvel. Então, eu queria pedir uma informação à senhora. Já que o Patrimônio da União não executa obras, como a senhora bem disse, então não tem obras inacabadas, mas, dentro desse contexto, eu queria lhe perguntar se é do conhecimento da senhora, seja através da imprensa, seja através de qualquer outra forma de conhecimento, se porventura a senhora sabe se existe um imóvel usado inadequadamente na sua área, ou se existe uma obra inacabada, ou com algum vício na sua licitação, com alguma denúncia, seja escrita, seja verbal, aqui no Estado do Paraná.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Veja, eu não tenho conhecimento de nenhuma obra inacabada. Como eu já disse, a gente não analisa esse aspecto. Existe uma obra, que nós verificamos por ocasião desse



recadastramento, que não se trata de uma obra inacabada, porque, pelo que a minha equipe pôde tirar no local, é que essa obra faltaria apenas a confecção, a construção de um ginásio de esportes para que ela se concluísse. Esse imóvel situa-se em Umuarama e é um imóvel que foi entregue ao Ministério da Educação para construção da escola agrotécnica federal. O imóvel está lá, está em bom estado de conservação. Das informações, como a gente tirou, como eu já falei, falta apenas o ginásio de esportes para ser concluído, mas não há nenhum órgão público utilizando esse imóvel. Foi verificado que há apenas a presença de um caseiro lá, que, segundo informações — não é oficial —, esse caseiro seria da construtora. Nós teríamos que averiguar mais aprofundadamente, embora a obra esteja em bom estado de conservação. Essa é uma situação que foi verificada agora, recentemente, por ocasião desse recadastramento. Nós tivemos um episódio em Rolândia, envolvendo um armazém, que era do ex-IBC. Esse armazém estava ocupado por uma cooperativa que... Nós pedimos o imóvel para poder alienar. A cooperativa deixou o imóvel e, em seguida, até que nós pudéssemos alienar... Nós não tínhamos condições de fazer a manutenção desse imóvel. Esse imóvel chegou a ser violado. Nós abrimos inquérito para apurar as irregularidades, quem seriam os responsáveis pelo ato de vandalismo que aconteceu no local. Mas nós levamos o imóvel duas vezes para licitação e em nenhuma das duas vezes apareceram interessados na utilização. Aí, tentando solucionar a situação, a impossibilidade do Patrimônio da União de manter esse imóvel, porque é um imóvel grande... O Paraná recebeu 62 imóveis do IBC, quando ele foi extinto, e a maioria deles, 90%, é constituído de armazéns, armazéns de grande porte. Quer dizer, o IBC foi extinto da noite para o dia e os imóveis acabaram vindo da noite para o dia para o Patrimônio



da União, da forma como eles estavam e com as ocupações que eles estavam.

Desses 62 imóveis, nós já conseguimos regularizar a situação da maioria, restando nove, que nós já estamos concluindo a regularização. Mas, voltando para esse de Rolândia, nós demos a guarda provisória para o Município administrar esse imóvel, para que ele pudesse dotá-lo de toda vigilância e assistência, para que ele não fosse depredado, haja vista que não há nenhum órgão público federal interessado na utilização e que nós não conseguimos vendê-lo em dois certames licitatórios que foram feitos no ano passado. Aí, para que a União não tenha prejuízo, nós sempre optamos pela alternativa de manter pelo menos a integridade física do imóvel. Esse imóvel está sendo cedido para o Município para aplicação das suas atividades institucionais. Esse foi o de Rolândia, que foi um episódio que me chama a atenção, porque, no ano passado, nós corremos muito para regularizar a situação desse imóvel, porque ele estava em venda e nós não conseguimos manter por falta de recursos específicos para esse fim. É o que a gente tem conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ainda sobre imóveis urbanos e, porventura, se existem imóveis rurais.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Urbanos e rurais?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É. Nós queríamos conhecer o número de imóveis que está sendo administrado, acompanhado pelo Patrimônio. A senhora sabe quantos imóveis?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Veja, nós temos em torno de — estou excluindo aqui os terrenos de Marinha e acrescidos — setecentos imóveis que são de propriedade da União. Agora, eu até me colocaria a sua



disposição para mandar oficialmente a relação dos imóveis urbanos e rurais, porque, de cabeça aqui, realmente não tenho como informar.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Quais foram as providências tomadas pela Secretaria objetivando à desmobilização desses ativos que são considerados ociosos?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Pois é, esse recadastramento é um começo. Primeiramente, a gente identificou, dentro do sistema arcaico, como eu já falei que nós tínhamos, aquilo que nós poderíamos, de imediato, alienar em não havendo órgão público federal interessado na utilização. O ano passado nós alienamos em torno de onze imóveis que não estavam sendo utilizados por órgão público federal nem teriam condições de sê-lo por causa da sua situação. Com o recadastramento nós estamos chegando às situações de utilização desses imóveis. Então, nós estamos vendo: se o imóvel está sendo utilizado pelo órgão público federal, ótimo; se ele está sendo utilizado adequadamente ou inadequadamente, mas é um órgão público federal, nós vamos regularizar a situação. E desse recadastramento vão surgir aqueles imóveis vagos. Que, até agora, do resultado desse recadastramento, nós detectamos em torno de dois imóveis vagos que nós podemos levar à licitação. Tem alguns que são devolvidos pelos órgãos que não mais têm interesse e nós estamos regularizando também para licitação. Mas o procedimento é esse. Primeiro, nós verificamos se há órgão público federal interessado. Aí, não havendo, nós colocamos o imóvel para licitação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Na licitação, quantos foram? Só dois, até hoje, licitados?



A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Não, no ano passado foram onze. Este ano, nós vamos fazer uma licitação agora, em setembro. Nós pretendemos levar em torno de cinco imóveis a licitação, se não me engano. E vamos fazer outra em outubro, porque os processos dos imóveis ainda estão em fase de regularização. Em outubro, nós pretendemos alienar em torno disso, mais uns cinco ou seis imóveis que estão vagos e não estão sendo utilizados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dra. Elizabete, quando a senhora faz o edital de licitação, ele é feito de acordo com a lei...

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Com a 8.666, que é a lei...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Oito mil, seiscentos e sessenta e seis?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Isso.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – A senhora coloca também como possibilidade de negócio a venda a prazo ou só à vista desses imóveis? Não são utilizados como forma de...

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Não, veja só. A legislação, nós temos a 9.636, que é a que dispõe sobre a alienação de bens e imóveis. A própria lei, ela faculta a venda parcelada. O que nós estamos estudando, e que ainda está em fase de interpretação, ainda não se chegou a uma conclusão, é com relação à venda direta feita para Municípios, que a 8.666 permite. Então, nesses casos, estamos promovendo a venda à vista, porque há uma interpretação de que... Há dupla interpretação: alguns pensam que, independentemente de não estar na lei, nós podemos vender parceladamente; outros já entendem que, porque não está na 9.636 — essa venda não está prevista na 9.636, e sim na 8.666 —, ela poderia ser



só à vista. Então, nós estamos momentaneamente parados com as vendas à vista, quando o Município entender, quando o Município não tiver condições de comprar o imóvel à vista, quando ele quiser parcelar.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É. O interessante era colocar, se tem amparo na lei, colocar mais uma modalidade, como forma de uma condição a mais de viabilizar a desmobilização.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – É, exato. De viabilizar.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Outro aspecto. Sobre os terrenos de Marinha. A senhora tem o cadastramento todinho desses terrenos de Marinha?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Veja, nós temos um cadastro de terrenos de Marinha. Não temos de todos por quê? Porque nós, constantemente, estamos fazendo o cadastramento dos terrenos de Marinha. Hoje, nós temos aproximadamente 8 mil imóveis cadastrados no Paraná. Mas nós temos um potencial de cadastramento bem maior. Só que nós temos que contar com recursos financeiros e humanos. O Patrimônio da União não tem uma estrutura adequada ainda para entrar com o planejamento de ele próprio fazer esse trabalho. Então, muitas vezes, nós optamos por terceirizar esse trabalho, contratação de empresas para fazer esse trabalho. No Paraná, nós fizemos isso em 98, no Município de Guaratuba. E estamos agora trabalhando no sentido de adotar o mesmo procedimento no Município de Matinhos. Mas até agora não saiu recurso, não foi liberado recurso para que a gente pudesse fazer esse trabalho.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – As transações efetuadas desse imóvel pelo cartório de registro de imóveis, ele pede autorização a sua Secretaria para lavrar a escritura?



A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Sim. A lei manda, a lei determina que o cartório de registro de imóveis e também que o cartório de notas, embora nós achemos que no cartório de notas isso seja um pouco difícil, porque uma escritura de um imóvel situado no Rio Grande do Norte, por exemplo, possa ser feita aqui e uma daqui, de um imóvel daqui possa ser feita lá... Então, é um pouco difícil exigir isso dos cartórios. Mas no registro de imóveis as transferências dos imóveis ocupados... Porque, por mais que eles tenham título, o ocupante não é o proprietário do imóvel; o proprietário do imóvel é a União, o título não tem legitimidade. Então, as transferências são feitas mediante autorização do Patrimônio da União. Os cartórios não estão fazendo transferência sem que o Patrimônio autorize. E o Patrimônio só autoriza depois que eles recolherem os encargos decorrentes de lei.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dra. Elizabete, quantos funcionários tem a sua Secretaria?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Eu tenho 25 funcionários aqui, na gerência do Paraná.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Em todo o Estado?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Em todo o Estado. Nós só temos sede aqui. Nós trabalhamos aqui para todo o Estado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Muito obrigado. Obrigado, Presidente. Satisfeito aí pelas suas perguntas. Queria registrar, por fim, que a sua presença aqui tem por objetivo nos ajudar. Nós não temos nenhuma indicação que pudesse ter esta CPI informações de irregularidade sobre o seu trabalho, sobre a



sua Secretaria, absolutamente. A sua presença aqui vem colaborar com a CPI.

Obrigado.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – E eu quero agradecer. Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Desculpe, doutora, ainda temos colegas que gostariam de fazer perguntas para a senhora. Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, Dra. Elizabete Fátima da Silva. Sr. Presidente, eu queria, ouvindo atentamente as indagações do nosso Relator, me dar como satisfeito. As dúvidas que eu tinha a respeito disso foram tiradas através das indagações do nobre Relator. Mas eu queria me aprofundar em outros temas, porque, daqui a pouco, nós teremos a oportunidade de poder fazer alguns questionamentos sobre alguns temas importantes. Mas eu também queria frisar, Sr. Presidente, que, na nossa última viagem ao Rio Grande do Sul, foi importante para todos nós a participação da própria sociedade, dos jornalistas que estavam presentes, nos municiando de informações, as quais nós não tínhamos. Então, é importante, e é bom frisar aqui, que as pessoas que quiserem nos passar algumas informações, saibam que exista algum tipo de irregularidade, suspeita de irregularidade em algumas obras, eles possam nos passar, para que a gente possa, dentro do possível, averiguar e fazer os questionamentos às pessoas que, daqui a pouco, nós teremos a oportunidade de indagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Deputado Norberto, seria a vez de V.Exa.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dra. Elizabete, eu gostaria que a senhora pudesse me informar quantos imóveis tem no Estado.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Nós temos, aproximadamente, próprios nacionais, imóveis de interior, excluindo terrenos de Marinha, temos cadastrados em torno de 8 mil — cadastrados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E quantos imóveis desses estão sendo ocupados pela União?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Dos setecentos?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Isso.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Por órgãos públicos federais, eu acredito que 90% desses imóveis seja... Não posso lhe dar com exatidão essa informação, até posso passar oficialmente depois, porque nós temos desses imóveis também utilizados por órgãos públicos estaduais e municipais, dentro das suas atividades institucionais.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Noventa e nove por cento?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Em torno de 99%.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esse 1%, ele está invadido, na mão de terceiro ou está vazio?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Só um esclarecimento. O senhor perguntou desses imóveis, dos imóveis ocupados pela União, quantos imóveis estão ocupados pela União. Noventa e nove por cento pela União. Um por cento estaria ocupado por esses órgãos públicos estaduais e federais. Invadidos...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nenhum?



A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Nenhum. Invasões, próprio nacional, que eu tenha conhecimento, nenhum.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nem ocupado por terceiro, nenhum?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Não. Os imóveis do IBC, o que acontece com os imóveis do IBC, que eu volto a falar, porque é uma situação atípica, a maioria desses armazéns, desses complexos armazenadores, eles são constituídos daqueles barracões grandes, geralmente de área bem grande, e a maioria deles com três residências dentro e mais um escritório. A maioria desses imóveis, sempre tem um ou outro funcionário do IBC utilizando, que eram do IBC, e que já vieram, quando os imóveis vieram para União, já ocupavam os imóveis. Essas pessoas são mantidas até para preservar a integridade física do imóvel, porque, muitas vezes, eles servem de caseiro, para cuidar mesmo do imóvel. Nós não podemos é deixar um imóvel desse porte sem o cuidado de ninguém. Em função disso, eles são mantidos. Mas, na medida em que um órgão público federal vai necessitando dessa área, eles vão entregando o imóvel.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tá. Na área de Marinha, a senhora tem mais de 8 mil imóveis na área de Marinha. Dessa área de Marinha, há quantos ocupados, invadidos, construído hotéis, condomínios, mansões, casas de praia? Quantos?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Veja só, 8 mil imóveis é o que nós temos cadastrado, certo? Então, se eles estão cadastrados, a situação deles, em princípio, está regular. Eles estão pagando a taxa de ocupação ou aforamento, dependendo...



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Um minutinho só. Eu gostaria que a senhora me respondesse quantos estão ocupados por terceiro? A taxa de ocupação vou discutir à frente. Quantos estão ocupados por terceiro?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Olha, tem mais de 8 mil, porque nós precisamos fazer aquele recadastramento que eu comentei com o senhor. Para nós podermos chegar à totalidade disso, nós precisaríamos fazer esse trabalho de recadastramento, que é um trabalho demorado, complexo, e nós fazemos na medida em que nós temos recursos financeiros e humanos para fazer. É claro que, às vezes, as pessoas vêm e pedem esses imóveis, pedem o cadastramento **ex-officio**. Nós fazemos vistoria para verificar se a área é passível de cadastrar, se ela não é área de uso comum, se ela não é área de preservação, e aí nós cadastramos o imóvel, até 15 de dezembro de 1997, que é quando a lei permite. Invasões nós temos na área de uso comum. Que aqui no Paraná, eu acho que deve ser até de conhecimento dos senhores, houve uma repercussão grande: em janeiro, nós tiramos cem barracas da orla em Caiobá. Foi um trabalho conjunto com a Prefeitura, que só foi possível porque a Prefeitura forneceu todos os meios necessários e nós desocupamos a orla. Estamos fazendo esse trabalho em todo o litoral, só que na medida das possibilidades do órgão. Quer dizer, quando nós temos os recursos para chegar até o local e fazer a retirada, nós retiramos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dra. Elizabete, um minutinho só. Gostaria que a senhora respondesse assim bem objetivo, porque tenho certeza que a senhora... Estou vendo que está bem encaminhado, a senhora tem condições, tem toda a formação, melhor até que outros Estados. Mas eu gostaria de saber — não é culpa da senhora, é culpa da situação que vem de muito tempo — sobre



esses imóveis ocupados da Marinha, que são hotéis, são casas de luxo, são Marinha. Essas barracas, coitados, morar ali é melhor até que a casa deles. Eu quero saber os hotéis, eu quero saber os postos de gasolina, pousadas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Áreas nobres.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Área nobre sendo ocupada. E quanto que eles estão pagando? Estão recolhendo 100% de taxa de ocupação e taxa de uso do solo?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Veja só, todas essas situações — deixando as barraquinhas de lado, que embora eles sejam pobres, estejam na área de uso comum, o tratamento tem que ser igual para todos —, essas mansões, esses condomínios, aqueles que estão cadastrados dentro desses 8 mil imóveis, que eu lhe falei, eles estão pagando. Os que não estão, os grandes devedores, nós estamos notificando e encaminhando para a dívida ativa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esses não estão sendo retirados?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Oi?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esses não estão sendo retirados?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Se eles não estiverem na área de uso comum, não, porque aí é passível de regularização. A retirada dos imóveis acontece na área de uso comum, porque a lei permite que você...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas, deixe informar para a senhora: quantos processos nós temos hoje de ocupação, cobrando na Justiça, de taxa de ocupação, hoje, na Justiça, aqui no Paraná?



A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – A nível de dívida ativa?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Isso.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Olha, eu vou ter que... Eu posso te informar— é aquilo que eu falei — oficialmente isso. De cabeça eu não tenho, porque eu sou a gerente, eu não tenho controle desse número.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer de V.Exa. que o senhor pudesse depois pedir, para esta Comissão, informação de quantos imóveis da Marinha são ocupados por terceiros, quantos estão pagando taxa de ocupação e quantos não estão pagando taxa de ocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Só acolher o encaminhamento do Deputado Norberto. Registro. E aí a solicitação depois nós faremos formal, mas já fica encaminhado.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Quantos imóveis têm ocupado os terrenos de Marinha com processos...

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Com processos de cobrança de dívida ativa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa eu falar com a senhora. O prédio do IBC, de Ponta Grossa...

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – IBC, de Ponta Grossa. O armazém?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Isso, o armazém.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA - Cará-Cará.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ele vai ser cedido para a Prefeitura ou ele vai ser colocado em licitação? Como está a situação dele?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Não, o prédio do IBC, em Ponta Grossa, ele foi permutado com a CONAB. Esse imóvel é de propriedade da CONAB, não é mais de propriedade da União. Ele foi permutado com a CONAB, juntamente com um de Rolândia, também, por imóveis em Brasília. A CONAB deu alguns imóveis em Brasília para a União e a União, em troca, deu esses dois armazéns para a CONAB. Então, esses imóveis já não estão mais na jurisdição da União. Esse de Cará-Cará.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dra. Elizabete, e ilhas, têm ocupadas por terceiros?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Ilhas, tem. Nós estamos agora também fazendo um trabalho de levantamento das ilhas. Nós não tínhamos, até então. Nós estamos fazendo esse trabalho de levantamento. Nós, nesse trabalho, em muitas ilhas nós não conseguimos chegar. E, até em virtude disso, nessas ilhas não deve ter ocupação. Mas nós conseguimos chegar a 79 ilhas. E, dessas ilhas, onde nós encontramos mais ocupação, maior número de ocupantes, foram a Ilha das Peças, a Ilha do Superagui, que compõe o Parque Nacional do Superagui, a Ilha Rasa. Há algumas ocupações na Ilha da Cotinga, que é ilha indígena, mas que estamos, na área indígena, cancelando os cadastramentos, as inscrições que foram feitas no passado. E, depois que ela se tornou área indígena, ela não é passível de ocupação. Então, nós estamos cancelando essas ocupações e estamos tentando cadastrar as ocupações da Ilha das Peças e da Ilha do Superagui. Mas nós ainda não obtivemos o aval do IBAMA, que, por ser um parque nacional, ter



a área do parque delimitada — e tem o entorno do parque, que está fora da área, que é onde se encontram essas ocupações —, nós estamos aguardando o aval do IBAMA para poder cadastrar esse pessoal e retirar aqueles que não podem ficar na área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Só um aparte, Deputado. Tem alguma ilha de propriedade de um único proprietário, alguém individualmente?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Olha, eu também posso responder isso oficialmente, se vocês questionarem, mas eu sei que tem ilha aforada, mas sem ocupação extravagante. Existem ilhas aforadas a determinadas pessoas, mas são poucas ilhas — uma ou duas aforadas. Agora, seria interessante formalizar também o expediente, que eu poderia responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Nós vamos então solicitar, em nome da Comissão, também essa informação, a mais completa possível e oficial, por gentileza.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Eu pediria que essas informações fossem solicitadas oficialmente, porque às vezes a gente não tem, assim, não posso afirmar as citações em função de que você tem uma série de atividades das mais variadas possíveis. Então, eu gostaria realmente que fosse oficializado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, gostaria de agradecer à Dra. Elizabete e voltar a palavra para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Agradecemos ao Deputado Norberto e passamos a palavra ao Deputado João Matos.



O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Dra. Elizabete, vários dos questionamentos que gostaria de lhe formular já foram feitos pelos meus colegas que me antecederam. Resta-me um pedido, uma informação apenas. A senhora falou do imóvel em Umuarama, de propriedade do Governo Federal, vinculado através do Ministério da Educação, e que apenas a construção de um ginásio de esportes permitiria a conclusão da obra e o uso total da obra. Essa obra, segundo a senhora informou, destina-se ao funcionamento de uma escola agrotécnica. É isso?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Essa escola não funciona ainda?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Pelo levantamento que nós fizemos, a obra não está sendo utilizada. Só existe um caseiro lá, e esse caseiro — segundo informações, isso eu não posso afirmar — seria da construtora. Esse imóvel é de propriedade da União, mas existe uma lei que determina que os imóveis que eram das escolas agrotécnicas, que antes não tinham o **status** de autarquia, essa lei determina que esses imóveis sejam transferidos para as escolas agrotécnicas.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Perfeitamente.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Ele ainda não foi em função de que esse imóvel ainda não está utilizado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Agradeço. Quero bem objetivamente ainda uma pergunta. Com relação a esse imóvel, a senhora sabe desde quando está em construção, há quantos anos aproximadamente? Se bem que vou pedir, através da Presidência, que se solicite as informações mais detalhadas que a senhora puder, e a gente entende perfeitamente que a senhora não as tem, porque não lhe



foi solicitado isso, não foi detalhado o que gostaríamos de saber da senhora, até porque aqui viemos averiguar. E durante as informações é que a gente vai detectando algum tipo de informação a mais que se quer. Mas gostaria de saber, se a senhora pudesse nos responder: há mais ou menos quantos anos a senhora tem essa informação, está em construção aquela obra?

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA - Não, nós descobrimos essa obra agora, com o recadastramento, que eu comentei no início; nós descobrimos isso agora, com o recadastramento, recentemente.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Agradeço. Ao Presidente em exercício, Deputado Coser, gostaria de solicitar que fosse depois formalizado à Dra. Elizabete uma solicitação, para que informe detalhadamente a respeito da finalidade do início da construção, do estado realmente que está, se já foi utilizado, dentro dos objetivos para os quais foi construído, ou se ainda não foi utilizado. Obrigado, Presidente. Obrigado, Dra. Elizabete.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – De nada. Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Quero agradecer ao Deputado João Matos, encaminhar a solicitação oficial da situação da obra e da área da escola agrotécnica, conforme relatado pelo Deputado. Deputado José Janene, por gentileza, se desejar usar a palavra. *(Pausa.)* Ausente. Se não, vamos encaminhar o encerramento. Concedo a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dra. Elizabete, agradecemos uma vez mais a sua presença aqui e as informações prestadas. Nós vamos pedir para a senhora justamente o que seria o inventário do seu trabalho, certo? Você fornecer o



número de imóveis que estão cadastrados, aqueles que possivelmente serão colocados em licitação e esses outros que porventura não tenham destinação e se é importante também colocá-los em licitação. E, depois, em relação a essa obra que foi cedida, que você recebeu lá do interior, pegar um perfil dela e mandar para nós. Vou pedir ao Presidente da Comissão para fazer o encaminhamento dessa solicitação. Nós fazemos por Brasília e posteriormente a senhora encaminha para nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Queremos agradecer à Dra. Elizabete as informações prestadas em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos solicitar formalmente, e aguardaremos com certeza e com muita apreensão os dados oficiais solicitados aqui. Vamos entregar também a V.Sa. um documento que solicita um complemento de informações. Se entender razoáveis as respostas, contribuiria muito com o trabalho da Comissão. Muito obrigado pela participação e por ter aceitado nosso convite.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) - As outras respostas feitas por nós.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Espero lembrar de todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Nós passaremos, daqui a pouco.

A SRA. ELIZABETE FÁTIMA SÉER DA SILVA – Quero agradecer aqui o convite. No começo até me coloquei um pouco nervosa, porque realmente a gente não tem o costume de participar de um evento como este. Mas eu quero me colocar à disposição da Comissão para qualquer esclarecimento, além desses



questionamentos que foram colocados aqui, alguma coisa que normalmente venha a ser levantada. A Secretaria do Patrimônio da União, e falo em nome dela também, também estará à disposição de V.Exas. para esclarecer um mal-entendido ou qualquer questão que porventura haja dúvida. E nós entendemos como importante esse trabalho da CPI, porque aqui, no Paraná, como eu disse, a gente tem a coisa meio regular, mas a gente sabe que a nível nacional, e não é nem por culpa do Patrimônio da União, as coisas acontecem. Eu queria agradecer mais uma vez. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Gostaria de registrar: a nossa próxima depoente seria Alcyone Saliba. Acabamos de receber um documento dela e também do Secretário de Segurança, José Tavares, que está com o Governador do Estado em Brasília, neste momento; ela também fazendo uma justificativa da impossibilidade de comparecer hoje, colocando-se à disposição para fazer isso num segundo momento, se for necessário, em Brasília. Eu não sei se está em plenário o Dr. Armando Martinho, Secretário de Saúde do Estado do Paraná. Não está, mas está o Dr. Augusto, Secretário de Obras do Estado do Paraná, que teve o prazer de almoçar com a gente. Está dando entrevista, sinal de que ele é um homem importante na cidade, senão não estaria na televisão. Vamos aguardá-lo por um minuto. Vou suspender a sessão por cinco minutos, até o Dr. Augusto conseguir chegar à Mesa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Gostaria de convidar os Deputados para recompor a Mesa. O Dr. Augusto já está à Mesa, com disposição de fazer o seu depoimento.



O SR. MARCOS VALENTE ISFER – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Pois não.

O SR. MARCOS VALENTE ISFER - (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Deputado, por gentileza, use o microfone, primeiro para registrar a presença. Pode ser aqui, do nosso lado, por favor. Bem-vindo à Mesa.

O SR. MARCOS VALENTE ISFER – Obrigado. Deputado Estadual Marcos Isfer, do PPS. Ainda hoje, pela manhã, tive oportunidade, numa conversa com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que também fez um levantamento de todas as obras inacabadas do Estado do Paraná, e ele coloca à disposição da CPI, como já enviará ao TCU, esse relatório para conhecimento. Então, acho que é bastante apropriado também que esse trabalho, já desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, seja agregado ao trabalho dos senhores. Acho que facilita bastante e pode, inclusive, ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Agradecemos ao Deputado Marcos e também ao Tribunal de Contas do Estado a disposição. E vamos formalizar uma solicitação, porque nos preocupou a manchete. Então, depois conversando, nós vamos entendendo um pouco mais. Mas, de qualquer forma...

O SR. MARCOS VALENTE ISFER – Acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – É bastante positivo a CPI ter esse conjunto de dados do Tribunal de Contas do Estado. Muito obrigado e agradeça ao Presidente do Tribunal em nosso nome. Nós vamos solicitar formalmente.

O SR. MARCOS VALENTE ISFER – Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Deputado Damião, temos de começar aqui, por gentileza. Vou conceder a palavra ao Dr. Augusto, pelo prazo normal de até dez minutos. Se desejar mais tempo, no momento, a Mesa concede.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, Deputado João, em função do Ofício nº 170, do Deputado Damião Feliciano, nós, na qualidade de convidado, como Secretário de Obras do Estado do Paraná, estamos aqui para prestar qualquer esclarecimento. E gostaríamos somente de ponderar que a Secretaria de Obras do Estado do Paraná, no tocante às obras federais, só tem recursos do Ministério da Justiça, através da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, na construção de penitenciárias. Hoje nós ainda temos em execução a penitenciária de Piracuará, que é uma penitenciária de segurança máxima. Essa penitenciária iniciou-se em janeiro de 98, houve a falência da firma construtora no ano 2000. Nós retomamos a obra seis meses depois e agora já estamos com ela praticamente em fase de conclusão, com data prevista para fins de outubro, início de novembro. Temos todos os dados, vamos deixar aqui à disposição. Neste ano de 2001, também foi concluída, na penitenciária de Maringá, uma obra no valor de 450 mil com recurso federal também; está concluída. E a Penitenciária Industrial de Cascavel, que foi concluída também no ano de 2001, ela também apresentando um valor de 5 milhões e 750 mil reais. Também já está concluída e totalmente paga. Então, no tocante a penitenciárias, seriam essas. E houve uma obra concluída no final do ano passado, que também teve recurso federal, que é o Hemocentro de Cascavel, no valor aproximado de 1 milhão de reais. Temos atualmente em obra, através do Ministério da Justiça com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, a reforma de quatorze penitenciárias, das



quais sete já estão concluídas, nesses últimos dias, e as outras no prazo máximo de sessenta dias, no valor de 520 mil reais. As demais obras de cadeias são palco de convênios da Secretaria de Segurança. Acho que o Secretário de Segurança ou seu representante vai poder explicar. Daí os convênios com os Municípios. Nós tomamos também a liberdade de indagar alguns colegas Secretários, em função do ofício recebido do Deputado Damião, se eles teriam alguma correspondência a ser encaminhada aos senhores. Nós vamos deixar aqui a cópia aos Secretários que forem indagados por nossa pessoa e a resposta dos mesmos, de alguns que nos responderam, dizendo que nenhum deles teriam obras federais inacabadas. É o caso do Secretário da Agricultura, Antonio Leonel Poloni; Secretário dos Transportes, Nelson Justus; e Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Diretor da SANEPAR. E também vamos deixar em suas mãos o relatório das obras em andamento no Estado do Paraná, obras que estão em andamento — não obras ainda a iniciar, mas somente em andamento —, no total de 244 obras, no valor de 56 milhões e 700 mil reais, onde aqui também constam essas quatorze obras das cadeias. Acho que seria mais ou menos esse o espelho que a gente gostaria de trazer aos senhores. Colocamo-nos à disposição para qualquer indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria agradecer ao nobre Secretário a participação e passar a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Dr. Augusto, realmente é uma característica nova na Secretaria de Obras deste Estado, bastante diferente do que a gente conhece pelo Brasil afora. De fato, normalmente, quando você convida o Secretário de Obras para debater é porque você tem sempre uma impressão de que a maior parte das obras são executadas por essa Secretaria. Mas, no caso especial,



o nosso objetivo principal é tratar de obras públicas, com recursos da União. Então, queria fazer uma pergunta que vai além da condição de Secretário, mas na condição de cidadão do Estado do Paraná: que outras obras com recursos federais que vêm sendo executadas, ou direto, pelos órgãos federais — por exemplo, Justiça Federal, Tribunal Eleitoral, ou por algum Ministério diretamente, tipo atividade portuária, ou mesmo diretamente pelos órgãos tipo DNER —, de que o senhor tem conhecimento e que poderia nos ajudar dando essas informações, além das obras já elencadas, inclusive não muitas, na área de segurança pública. Mas, de qualquer forma, há algumas coisas interessantes sendo concluídas. Então, eu queria mais uma informação, em função do cotidiano. O senhor poderia contribuir com a Comissão, porque o nosso objetivo aqui, a nossa vinda aqui, ela poderia estar se dando em outro momento, um momento mais à frente, já no sentido de tirarmos mais dúvidas. Como as informações que chegaram a Brasília foram muito poucas, dos Governos dos Estados, que sempre se colocam à disposição, mas acabam... e dos próprios órgãos federais, nós acabamos tendo que dar uma volta no País, para buscar as informações. E quando a gente chega no Estado, a primeira impressão é que há poucos problemas. Quando você começa a andar, você percebe que tem bastante coisa. Então, gostaria de saber se o senhor poderia nos ajudar, mesmo se tratando de órgão ou do Estado, que não está sob sua jurisdição direta, como Fundação Nacional de Saúde, ou o convênio com a Secretaria de Educação, como a Secretaria de Saúde, ou em outras áreas de saúde. Esse caso específico da Escola Agrotrécnica, se tem conhecimento, para que nós pudéssemos aprofundar as nossas dúvidas.



O SR. AUGUSTO CANTO NETO - Deputado João, a sua pergunta é pertinente. Gostaria de fazer um retrospecto. Nós estamos respondendo por essa área de obras públicas há praticamente treze anos, cinco no Estado e oito no Município de Curitiba. No Município de Curitiba — inclusive o Deputado Algaci Túlio, que se faz presente, foi Vice-Prefeito numa das gestões — são mais de onze mil obras concluídas — inclusive o Deputado Marcos Isfer foi Vereador aqui na cidade —, muitas delas com recursos federais. Eu acho que Curitiba também é o que é devido realmente aos recursos federais e internacionais, que também foram captados pela Capital. E nesse período, os outros onze anos que nós participamos também como funcionário público, de uma maneira direta ou indireta, das outras administrações, não nos consta a obra paralisada na Capital do Estado. Em relação ao Estado do Paraná, a Secretaria de Obras do Estado tem uma característica diferente da própria Secretaria de Obras da Capital, porque a Secretaria tem o papel, na realidade, de órgão fiscalizador. Nós fazemos quase um papel de Tribunal de Contas em relação a algumas secretarias. Nós temos uma atividade de dia-a-dia com as secretarias sociais, que são a Secretaria da Criança, Secretaria de Educação, Saúde, Segurança Pública, Justiça e do Trabalho, e também Indústria e Comércio. Inclusive, com as demais secretarias nós não temos na realidade um contato de dia-a-dia nem de fiscalização das obras. E as obras com recursos federais que nós colocamos, que passaram por nossas mãos, são essas aqui já citadas, e outras 7.255 obras, que já foram concluídas, mas com recursos do Governo do Estado do Paraná ou financiamentos externos. E, em relação a obras federais inacabadas no Estado do Paraná são algumas várias que a gente vê realmente notícias da imprensa e que não são do meu conhecimento realmente,



vamos dizer, eu não teria na realidade como colocar uma situação de algumas dessas obras na sua essência.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Só queria fazer uma pergunta específica sobre os recursos do Fundo Penitenciário. No ano passado foram liquidados 4 milhões, 112 mil e este ano têm autorizados 5 milhões, 195 no Orçamento, e possivelmente ainda sequer empenhados. Daria para o senhor explicar um pouquinho sobre esses 4 milhões? Tenho a impressão que são aquelas informações anteriores.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É. O Fundo Penitenciário — o nosso Deputado Walmor Trentini talvez vá representar o nosso Secretário de Segurança — nós, na realidade, não gerimos nenhum Fundo, nem o Penitenciário, nem o das demais secretarias. Nós só somos o órgão fiscalizador. Muitas vezes nós fazemos as licitações, muitas vezes nós só participamos da fiscalização diretamente, seja ela obra contratada pelo Estado, e quando é questão dos convênios. Na questão do Fundo Penitenciário, passaram por nós principalmente pequenas reformas o ano passado na Penitenciária Industrial de Guarapuava. Houve alguns serviços de portarias, alguns serviços na área de segurança e instalação de equipamentos. E também foi colocado na Penitenciária Central do Estado, que foi palco de um incêndio o ano passado, num motim, alguma parte do recurso também do próprio Fundo Penitenciário foi alocado lá, em alguns serviços necessários. E o ano passado nós concluímos, praticamente, foram 9 milhões de reais, tanto do Fundo Penitenciário como do Ministério da Justiça nas penitenciárias, principalmente a de Cascavel, que está concluída, e a de Piraquara, que está praticamente concluída. E



este ano só temos ainda uma previsão de aporte de, mais ou menos, dois milhões e meio de reais para a conclusão de Piraquara.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – CBTU. Tem um recurso de dotação orçamentária de 2001. Quero saber se o senhor conhece o Projeto Promoção de Eventos sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental no Estado do Paraná.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não. Desconheço.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria passar a palavra ao Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Gostaria de saber do Secretário de Obras do Estado se ele pode nos dar alguma informação a respeito das pretensas obras inacabadas, relativas ao Anel Viário de Campo Mourão. Se ele poderia nos dar alguma informação a respeito, e também relativamente à Ponte Rodoviária sobre o rio Paraná, mais especificamente identificada como Porto Camargo.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Essas duas obras da área de Transportes não são afetas à Secretaria de Obras do Estado do Paraná. Inclusive, um dos Secretários que foram indagados, que nós mandamos um ofício, em função do convite dos senhores, é o Deputado Nelson Justo, que responde pela Secretaria de Transportes, que nos encaminhou uma resposta informando que na sua Pasta não teria nenhuma obra inacabada, com recurso federal. Então, o Anel Rodoviário de Campo Mourão deve ser uma obra possivelmente do DNER.



O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – O senhor teria condições de nos informar, Secretário, as obras delegadas do Governo Federal ao Governo do Estado do Paraná? O senhor tem condições?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Na área de Saúde, nós temos o Hemocentro de Cascavel, que foi feito o ano passado no valor de 1 milhão, que nós estamos deixando aqui os dados técnicos da licitação, o comprovante de conclusão. Nós temos este ano aproximadamente 8 milhões de reais para a construção de uma obra de um laboratório central no Estado, através de recursos do SUS. Esse processo está em licitação na Secretaria de Obras, ainda não tem firma vencedora. E temos os recursos em parceria com o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Obras atuando como órgão licitante e órgão fiscalizador. Entregamos no começo do ano a Penitenciária Industrial de Cascavel, e até o final será entregue a de Segurança Máxima de Piraquara, num valor, as duas juntas, de 14 milhões.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS - Seriam essas as duas que o senhor tem conhecimento, como obras delegadas. É isto?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É, obras que passaram pela Secretaria de Obras do Estado do Paraná nesse últimos seis anos e meio, para a execução com recursos federais, foram essas.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Bem, numa colocação sua então já teria abrangido todas as obras que o senhor tem conhecimento, todos os setores, inclusive o rodoviário?



O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, nós não temos o conhecimento da área rodoviária nem de meio ambiente, nem de energia elétrica e nem de saneamento. São companhias distintas e não fazem parte do...

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Da sua Secretaria.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO - ...da nossa Secretaria. Nem temos envolvimento nenhum, assim, na parte de fiscalização, ou conhecimento de quais obras estariam com recursos federais, ou só recursos estaduais, ou financiamento externo.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Perfeito Secretário. A gente inquirirá o titular da respectiva Pasta ou órgão, quando estiver aqui conosco. Obrigado.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Só gostaria de agradecer e dizer que estamos deixando na mão do nosso Deputado Vale essas informações, tanto das obras que estão em andamento como das obras já concluídas com recursos federais, e também as obras em andamento do Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado Noberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. Augusto, o senhor é Secretário em que Pasta?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Secretário de Estado de Obras Públicas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Todas as obras de saneamento então não passam no seu comando?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não. Na nossa Secretaria nós trabalhamos principalmente na parte de fiscalização, como um apoio às secretarias



sociais do Estado: Secretaria da Criança, Educação, Saúde, Justiça, Segurança Pública, Trabalho e também na área de Indústria e Comércio.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. Augusto, gostaria simplesmente que o senhor pudesse responder para mim “sim” ou “não”, porque seria fácil para nós até chegarmos onde precisamos chegar. Na Secretaria de Saúde também o senhor não tem participação nas obras da Secretaria de Saúde?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Algumas delas, temos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então tem Secretaria de Saúde também.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Tem, a Secretaria de Saúde, e o caso citado foi o Hemocentro de Cascavel.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – As penitenciárias também, Ministério de Justiça, Secretarias de Justiça?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Essas são sempre conosco, junto com a Secretaria de Justiça ou Segurança Pública, agora.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – São as penitenciárias. As cadeias públicas também?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Nem todas. Existe uma liberação do recurso federal para possivelmente cinquenta reformas, das quais quatorze foram encaminhadas para a Secretaria de Segurança, a nossa Secretaria, as quais sete estão concluídas e as outras sete em sessenta dias. As outras foram palco do convênio que inclusive constam nessa relação os Municípios. Não temos a fiscalização, daí, nesses convênios.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Hoje, as obras que são delegas, as obras em convênio com a União, durante os quatro anos e meio da sua Pasta, como titular, que recursos o senhor recebeu da União? Para que obras?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Na área de Segurança Pública foram aproximadamente 22 milhões de reais, que foram a Penitenciária Guarapuava, a Penitenciária de Cascavel, a Piraquara, que está em conclusão, ampliações em Londrina e Maringá, e algumas reformas de cadeias públicas. Dá mais ou menos 22 milhões de reais. Na área de Saúde foram aproximadamente uns 3 milhões de reais, e a obra em maior porte foi em Cascavel, que é o Hemocentro.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Para a Educação não passa na sua Pasta, não é?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Passa, mas são recursos ou do Estado ou recursos de financiamento BID ou BIRD. Mas através da Secretaria de Educação, nós só fazemos a gestão da fiscalização.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa eu perguntar para o senhor sobre o problema do Semi-Aberto de Maringá. Está pronta essa obra? Entregue à população?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Nós temos uma ampliação do regime semi-aberto, consta dessa relação entregue. Ela tinha um valor estimado em 490 mil reais, foi licitada por menos de 350, e essa primeira etapa foi concluída. Nessa primeira etapa foram feitas as partes de fundações, os baldrames e pequena parte de infra-estrutura. Depois não houve mais disponibilização de recurso.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Secretário, eu estou falando de outra obra maior. Eu estou falando da que foi realizada dia 1º/03/1997, no valor de 4 milhões 812 mil, Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Ah, não, essa outra obra é ao lado dessa. Essa obra existe, ela está funcionando.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Está concluída?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Está concluída, inclusive foi o palco de uma ampliação de um mezanino há pouco mais de um ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E a segunda etapa é a ampliação agora.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É a ampliação, que só foram disponibilizados esses 400 mil reais, por enquanto, e foram feitas as partes de fundações e infra-estrutura.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Com dinheiro da União, do Fundo?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Com o dinheiro do Fundo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Secretário, e sobre a Penitenciária de Cascavel? Quanto o Governo, nos quatro anos e meio, recebeu para a construção de Cascavel?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Só pedir de volta para o Deputado Vale, que vou dar o valor correto, para não ficar...*(Pausa.)* Cascavel, havia um orçamento de 6 milhões e 259 na licitação. O valor do contrato foi de 3 milhões 983. Houve um aditivo de serviço de 1 milhão 760, fechando em 5 milhões 744. Essa obra já se encontra concluída.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E por que não foi entregue para a comunidade ainda?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Eu acho que o Secretário de Justiça, o seu representante, vai poder explicar. Existe um processo que está sendo adotado em Cascavel, semelhante à Penitenciária Industrial também, com recursos do Estado e do Ministério da Justiça, em Guarapuava, em que há uma terceirização dos serviços. E essa terceirização, pelo que me consta, está sendo providenciada pela Secretaria de Justiça, bem como a instalação de uma indústria, porque existe um barracão de aproximadamente 3 mil metros quadrados dentro desse Penitenciária, de mais de 7 mil, que funciona a indústria onde os presos trabalham. A obra está concluída, eu acredito que dentro de talvez dois ou três meses deve estar operacional, mas acho que o Secretário de Segurança vai poder colocar com maior probidade esse dado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas deixa eu informar para o senhor: nesse novo contrato que foi feito de Cascavel, de mais 1 milhão 850 mil, dia 29/11/1996, o contrato dela vale de 29/11/96 a 28/02/2001. Ele foi aplicado, já foi prestado conta, o Governo pagou, já repassou dinheiro. Então, o Governo repassou esse dinheiro já.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Olha, o senhor... O dado que eu tenho aqui é um pouco diferente. O início dessa penitenciária é 15 de julho de 98, não 96, e o término dela foi no dia 15 de janeiro de 2001.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É, 28 de fevereiro a 2001, é pouca diferença.



O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É, mas a licitação é 98, inclusive o início dela é 15 de julho de 98.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, mas o convênio só foi assinado em 96, dia 29 de..., e a concorrência demorou dois anos para poder fazer a licitação. Por que esse motivo? É a isso que eu gostaria de chegar.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É. À Secretaria de Obras só foi autorizada a licitação em 1998, e nós não somos anuentes nesse convênio, nós só temos a parceria com a Secretaria de Segurança para licitarmos e fiscalizarmos a obra. A questão dessa demora não sei te explicar.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas está concluída. Está faltando agora a terceirização para entregar para a população?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Exatamente. Mas a obra já está concluída e paga.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então, o Fundo Penitenciário cumpriu com o seu dever, o Governo cumpriu com o seu dever, passou o dinheiro, está faltando somente o Governo do Estado terceirizar o serviço e atender à comunidade penitenciária?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É, inclusive o Secretário de Segurança esteve em Cascavel acho que há pouco mais de trinta dias e acertando exatamente com o Prefeito e as demais autoridades a instalação da indústria, para poder realmente começar a funcionar a penitenciária.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas houve outro contrato. Agora, a Penitenciária Semi-Aberta de Maringá. Aquilo que o senhor citou aquela



hora, é 600 mil reais. O senhor disse que é 400, mas foi 600 o convênio. Saiu mais um convênio que encerra agora, no dia 28 de fevereiro. Está pronta essa obra?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, o que foi autorizado para a Secretaria de Obras é um valor de 460.189,99 — foi o orçamento da obra. Quem ganhou foi a firma CCP, num valor de 296, com o aditivo de 56 mil, fechando no valor de 352. Essa obra teve início no dia 30 de setembro de 99 e conclusão no dia 22 de maio de 2000. Ela está 100% concluída, dentro do que foi licitado, mas é somente a parte de infra-estrutura.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas o convênio foi assinado em 1998 e terminou em maio. Eu gostaria, Sr. Presidente e Sr. Relator, que notassem bem o que se está entregando as obras em maio, em abril, em maio. Eu vou chegar no final e quero explicar o motivo, o que está acontecendo com essas obras, entregues nesse tempo. Então, olha, o convênio venceu dia 28 de fevereiro 2001, só foi entregue em maio de 2001.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, de 2000.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, 2001.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, essa obra...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, a complementação. A obra maior, sim, a complementação que está em vigência ainda o contrato.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Sr. Deputado, o dado que me consta aqui, se é a mesma obra de que estamos falando, do regime semi-aberto em Cascavel, desculpe, em Maringá, essa obra foi concluída no dia 22 de maio do ano 2000. Temos até aqui a cópia.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu tenho uma informação de 28 de fevereiro de 2001, do próprio Tribunal de Contas da União.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Talvez tenha sido prestado contas de todos os convênios nessa data, mas essa obra especificamente, a conclusão dela é 22 de maio, inclusive assinada pelo engenheiro, que é responsável.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Piraquara. Piraquara teve um aditivo de 27%. A Lei 8.066 só reza direito de aditivo de 25%. O que ocorreu?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – A Penitenciária de Piraquara foi iniciada no dia 15 de janeiro de 1998. O valor de licitação máximo era 8.864.839,54 centavos. A firma ganhadora é a Cotelli Construtora Técnica LTDA., deu um desconto de 32,91%. O valor máximo de 8,8 milhões, caiu para 5.948.000. Foram aditados mais 1.601.00, fechando o valor máximo da obra em 7.550.105,36. Essa obra iniciou no dia 15 de janeiro de 98 e teve sua paralisação no dia 6 de abril do ano 2000, inclusive em função da insolvência da firma construtora. Nós tivemos a paralisação da obra com 71,53% de obra executada e paga. Nós sofremos com isso uma descontinuidade da obra, rescindimos os contratos, fizemos uma nova licitação e reiniciamos a obra ainda no ano 2000, no dia 28 de dezembro de 2000, onde a firma vencedora foi a construtora SIAL Construções Civas LTDA., nosso valor era de 3.304.345,19, e a firma construtora deu um desconto de 15,8%, fazendo um contrato de 2.782.258,65. Até a presente data, não há aditivo contratual nenhum nessa segunda etapa, e a conclusão está prevista para o dia 26 de outubro de 2001.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor: essa mesma construtora, antes de dar o desconto, a Cotelli Construtora Técnica, é isso?



O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Exatamente, a primeira licitação foi a Cotelli a vencedora.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É. Foi feito um aditivo de 27% no contrato original, ilegal, como 25% que a lei permite de aditivo, mas mesmo assim foi feito, com a assinatura de Termo Aditivo nº 980004.4, letra “b”, com a empresa Cotelli Construtora LTDA. Agora elevou o valor do contrato em 27% de novo, infringindo o § 1 do art. 65 da Lei 8.066, de 1993. Depois desse contrato de aditivo, que foi anulado, abriram nova licitação, é isso?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, tem dois tipos de aditivos nessa obra, tem um aditivo que foi por correção de preços de alguns serviços, em função que em 1999 nós tivemos aquela desvalorização do real e houve, depois de um ano de obra, a própria Lei 8.666 permite essa readequação, então, tem algum aditivo que é percentual, é em função de serviços que tiveram seu preço defasado e tem aditivo de serviços a serem executados. Esse de serviço também, e tanto o primeiro como o segundo, muitos deles não foram executados porque é um serviço previsto para, vamos dizer, quase o final da obra, e, como a firma não chegou a esse estágio, ela acabou nem recebendo esse recurso e nem faturando.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas está empenhado e brigando na Justiça para receber.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, não, esse não está mais empenhado, já foi estornado o empenho, não há nenhuma demanda judicial, a obra foi encerrada amigavelmente, inclusive muitos...



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Aí foi feita nova licitação a qual a firma ganhou na mesma obra. Então, a obra teve uma licitação, dois aditivos de 27% e...

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Que não foram executados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sim, não foi executado, mas foi feito o aditivo, e agora foi feita nova licitação para a mesma obra, o mesmo contrato. Então, são dois contratos, dois aditivos, mas não foi realizado, mas foi feito. E quero saber agora quanto que foi feito no último contrato, agora.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Só um minuto, quero só fazer uma conta aqui. Vou pedir um socorro para o Janene aqui fazer uma divisão. O segundo contrato dá um valor de 2.782.000,00, e o contrato original, anteriormente, com os aditivos de serviço e com o aditivo de recurso, era 7.750.000,00, dois quais foram recebidos 71%.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E quem que é a construtora agora, a atual?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – A construtora atual é a construtora SIAL Construções Civis LTDA.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pediu algum aditivo também?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, nenhum, porque a conclusão das obras... Inclusive foi feito junto com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Segurança e a Secretaria de Justiça, quando foi feita a relicitação, todos os serviços ainda inerentes necessários foram englobados, alguns foram glosados, e foi relicitado nesse valor e não tem motivo de ter aditivo.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então, não teve aditivo. Mas deixa eu perguntar: como está a obra hoje, a penitenciária?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Está com 90% concluída, a última vez que eu estive acompanhando algum Deputado, foi até o Deputado Algaci Túlio, já estava com praticamente 75%, inclusive a ordem de serviço, ele nos acompanhou nessa retomada da obra, e a gente espera concluí-la aí agora até o final do ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Até o final do ano?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Já venceu o prazo de um contrato com o Ministério, né?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É, já venceu, inclusive nós já avisamos a Secretaria de Justiça, que tem que tomar providência, porque ela que é a anuente, junto ao Ministério de Justiça.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Secretário, foi feito o contorno de Curitiba, um contorno que vem de anos e anos, e me parece... É o senhor que acompanha essas obras?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, fora do DNER, as áreas complementares ao contorno, acesso ao contorno de outras áreas?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, não é, não foi o Município nem...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É o DER?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É o DER.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tem o DNER, que toma conta do contorno e as rodovias federais, mas tem também os acessos à BR-415, BR (Falha na gravação), a Paraná 415, que já é municipal. Esse não está...?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não está na função do senhor?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não está afeto a nossa área.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E obras de saneamento também não?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, obra de saneamento, não, inclusive nós temos uma carta do Presidente da SANEPAR, que faz parte do documento que nós estamos entregando aos senhores, onde nós indagamos ao mesmo se ele teria algum dado sobre o assunto em questão, e ele nos respondeu a seguinte...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria, um minutinho só, Secretário. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Parece-me que está tendo algum problema. Quer que eu pare as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pode continuar, nobre Deputado, sem problema, pode continuar.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Eu não sei se o senhor permitiria ler a carta da resposta do Presidente da SANEPAR, talvez vá esclarecer alguma dúvida de recurso federal. “Sr. Secretário, assunto: Comissão Parlamentar. Recebemos ofício número tal da SIOP, de 6/08/2001, no qual V.Exa. solicita posicionamento da SANEPAR com referência ao assunto relacionado para a Comissão Parlamentar de



Inquérito da Câmara Federal. Queremos inicialmente esclarecer que, no último mês de julho, enviamos correspondência ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Rafael Iatauro, respondendo indagação da Comissão Temporária das Obras Inacabadas do Senado Federal. Na ocasião, esclarecemos que a SANEPAR não detém a concessão dos sistemas de água e esgoto dos Municípios de Kaloré, Marechal Cândido Rondon, Santa Isabel do Ivaí e Sarandi, onde, segundo o relatório da referida Comissão, existiriam obras inacabadas com recursos federais. Nesses casos, nossa empresa não pode prestar nenhuma informação nem mesmo interferir a respeito. Por outro lado, esclarecemos que as obras de saneamento, tidas como inacabadas, em Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Curitiba, Engenheiro Beltrão, Foz do Iguaçu, Iporã, Londrina, Mamborê, Maringá, Nova Esperança, Paiçandu, Paranacity, Paranaíba, Pato Branco, Pinhais, Ponta Grossa, Santa Fé e Umuarama encontram-se concluídas em operação pela SANEPAR. Não dispomos de qualquer outra informação de obras de saneamentos iniciados, senão concluídos, e cujos recursos provêm da esfera federal. Atenciosamente: Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Diretor Presidente da SANEPAR.”

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria — vou dar por encerrado —, mas eu gostaria de alertar o seguinte: tem diversas obras inacabadas, eu tenho uma relação imensa de obras inacabadas de saneamento com 90% de recursos da União, inacabadas, o Secretário está passando um ofício, informando que é desse Município, não é do Governo, mas é interesse dessa Comissão, que foi criada para isso, que foi aplicado mais de 30 milhões e não



terminadas essas obras. Mas me parece que a Comissão tá com algum problema, e eu vou deixar para outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu passo a palavra para o Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. Augusto, são três pergunta rápidas. Primeira: a área do DNER, essa que está com 116 etc., não está sendo executada pela sua Secretária?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, não é da nossa...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Mas e as obras delegadas? A administração é pela sua Secretaria?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, as obras... as rodovias federais, elas foram delegadas à Secretaria... ao Governo do Estado do Paraná, o qual delegou à Secretaria de Transportes a viabilização, digamos assim, da manutenção ou conservação dessas rodovias.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – A Secretaria de Transporte?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – De transportes, é, Deputado. Inclusive, tem a resposta do Secretário.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Tá bom. O senhor tem conhecimento de quantas obras inacabadas tem aqui, com recursos federais, que existem no Estado do Paraná?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, não tenho ciência.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Nem na sua Secretaria, que recebeu recursos federais?



O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, a nossa Secretaria não tem obras com recursos federais, nenhuma delas, paralisadas.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Tem não. A questão da licitação. A sua Secretaria está observando a 8.666, tanto na licitação como também na assinatura dos aditivos?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Eu quero explicar o seguinte: as obras que são contratadas pelo Estado e que são encaminhadas à Secretaria de Obras, nós seguimos exatamente o que determinam, o que preceituam a 8.666 e seus complementos. E as obras que nós fiscalizamos, que são obras de convênio, daí realmente foge a nossa alçada, e esperamos que estejam sendo feitas dentro da lei também, mas nós fazemos somente a fiscalização da obra em si, não do processo licitatório, dos quais dois terços das obras da Secretaria são convênios, na realidade...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim. O senhor não...

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – ...das demais Secretarias com os Municípios ou as PMs.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O senhor não conhece nenhuma obra do Governo do Estado que tenha alguma ilegalidade na licitação?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Nenhuma. Obrigado, Presidente.
Obrigado, Sr. (*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado José Janene.



O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Secretário Augusto...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Pela ordem, Presidente. Eu queria passar à mão do Presidente para entregar à Secretaria a documentação entregue pelo Secretário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra, continuando, o Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Basicamente, Sr. Presidente, Sr. Relator, queria perguntar ao Secretário Augusto Canto Neto do presídio de Londrina, dos recursos federais que vieram para cá, dos 22 milhões, se algum recurso desse montante foi aplicado no presídio de Londrina.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – O presídio de Londrina é uma obra também, na realidade, chama-se... tem um nome: Cadeião de Londrina, lá no Jardim União. É uma obra que foi licitada com o recurso do Governo do Estado do Paraná, 100%, foi concluída semana passada, para capacidade de aproximadamente 450 detentos. E o recurso federal agora, pelo que me consta também através da imprensa, é que a parte dos equipamentos, ou seja, toda a parte de mobiliário, a parte de cozinha, toda essa parte complementar está dentro desse pacote que foi negociado como Ministério da Justiça, com recursos federais. Eu acho que o Dr. (*ininteligível*), depois, vai poder dar o valor mais correto, mas deve girar em torno de uns 700 mil a 1 milhão de reais somente os equipamentos dessa cadeia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Quer dizer que a construção, ela não foi com recursos federais?



O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Não, totalmente com o Governo do Estado do Paraná, recursos próprios.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Uma indagação feita no início sobre os recursos do... a demora de dois anos para ser autorizada a licitação. O senhor já respondeu que a sua Secretaria só recebeu autorização naquela data, portanto, dois anos depois do convênio. De quem é o... quem era o setor responsável ou qual a Secretaria que era responsável pela autorização para que a sua Secretaria pudesse licitar?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Eu estou deixando uma cópia do convênio, junto com aqueles documentos, onde constam ali como que é feito essa parceria do Governo do Estado com o Governo Federal. Nesse caso específico, a Secretaria de Justiça.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Então, é a Secretaria de Justiça, na época, que não autorizou nesse período.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É, ela fez toda a negociação, mas nós só fomos comunicados praticamente três meses antes desse início de obras, porque nós não tivemos nenhuma obra federal licitada por nós, que a demanda entre a autorização e o início da obra passou de três meses.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – E, como última pergunta, nos convênios citados por V.Exa... Está ali o valor do contrato e valor do aditivo. Qual a data do aditivo? Qual e diferença de dias da assinatura do aditivo e do contrato?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Eu vou precisar pegar de volta o nosso documento ali. No caso específico de Piraquara, que o Deputado Norberto levantou,



consta todos os processos, o início da obra foi 15 de janeiro de 98, com a firma Cotelli. É...

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – A data do aditivo.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – A data do... Primeiro, o pedido do aditivo foi 18 de maio de 98. E, depois, ele foi... teve uma complementação do mesmo aditivo, mas do dia 9 de junho de 98. E depois foi solicitado um novo aditivo no dia 11 de janeiro de 99, que não foi autorizado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – E o total desses aditivos?

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Os aditivos de serviços e de readequação de valores foram no total de 1.601.000,00, mas os quais não foram pagos esses valores, porque o aditivo, junto ao valor contratual, que faz um valor total de 7.750.000,00, somente 70% desses valores foram pagos e executados, né?

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer ao Secretário Augusto Canto pelas informações prestadas aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Só gostaria de agradecer e nos colocar à disposição para qualquer pergunta posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Presidente, só para solicitar ao Dr. Augusto, eu não sei se esse projeto do Deputado Irineu Colombo foi aprovado, quando ele coloca aqui uma obrigação na Assembléia Legislativa, “As Câmaras de Vereadores e os Conselhos do Tribunal de Contas e o Sistema de Controle Interno fiscalizarão a observância dos princípios (...)”, aí, no art. 3º, ele coloca: “O principio



da economicidade se cumprirá notadamente (...). Aí, no inciso I, que eu estou lendo aqui, está: “A conclusão de obras inacabadas será estritamente prioritária em relação às obras novas”. E aí faz as exceções. Como é uma coisa estadual, e V.Sa., na condição de Secretário de Obras, se no Estado, no caso específico do Estado, esse princípio vem sendo observado, se a conclusão das obras é para o Governo do Estado uma prioridade, porque eu entendi um pouco, depois de conversar muito, o que eu vi nos jornais hoje, mas eu vou repetir que nos assustou a manchete e as informações. Então, se isso aqui, porventura, ressaltados problemas de convênios, repasse para outros entes da Federação, se esse princípio aqui, além de cumprimentar o Parlamentar por estar com essa preocupação...

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – É, eu acho que ele tem razão nesse item. Inclusive é evidente que o Estado sempre preza pela conclusão das suas obras. Eu, pessoalmente, ainda tenho um orgulho, que é difícil a gente conseguir, mas a gente está conseguindo manter em treze anos. Eu, até hoje, não consegui sair do meu cargo deixando obra inacabada nenhuma — e temos mais de 11 mil obras acervadas no CREA. Então, a gente também, eu acho, tem uma responsabilidade perante nós mesmos e nossas famílias e não fazemos um mau uso do recurso público. Este ano de 2001, a Secretaria, através de parceria com as demais Secretarias, entregaram 253 obras, das quais a maioria são convênios, que eram obras com problemas principalmente na área de educação, que, no ano passado, constavam no relatório como paralisadas, que foram até encaminhadas à Assembléia Legislativa. Nós ainda temos um valor de 26 milhões de reais de obras conveniadas que estão constando como paralisadas — nos estávamos até conversando com o Deputado Irineu hoje. A maioria delas é em função de troca de



objetos. Nós sabemos que, quando uma associação ou uma Prefeitura, eles pedem um convênio, acaba demorando um prazo, às vezes o serviço é executado, e a maioria desses convênios são valores pequenos: 30, 40 mil reais no máximo, e eles acabam, quando recebem o convênio, tentando até viabilizar algum outro tipo de serviço necessário. E isso também acaba ocasionando um problema de fiscalização, tem que trocar a documentação. Mas no Estado do Paraná, somente nessa área social, são mais de 7.200 obras entregues. São 351 milhões de reais concluídos, dos quais nós temos 400 creches, que a gente tem um grande orgulho da Secretaria da Criança, onde essas creches estão atendendo mais de 40 mil crianças que estariam na rua, se não fosse o Governo do Estado, na realidade, tomar uma iniciativa social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria... mais alguma coisa, Deputado? Eu queria agradecer ao Secretário Augusto Canto mais uma vez pela sua colaboração aqui na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Eu gostaria de agradecer ao Deputado Damião e colocar novamente que estamos à disposição aí para qualquer indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Muito obrigado. Eu queria antes, Secretário, entregar a V.Exa. um questionário, para colaboração à nossa Comissão, e alguns quesitos que faltarem nas suas informações poderiam ser respondido em termos de quinze dias, como praxe desta CPI, às pessoas que estão nos prestando informações.

O SR. AUGUSTO CANTO NETO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – E queria convidar aqui para Mesa a Superintendente Regional do INSS, Dra. Elizabeth Lobo dos Santos.



(Pausa.) Dra. Elizabeth, a senhora tem dez minutos para as suas exposições iniciais.

SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Bom, primeiramente, eu gostaria de, representando o INSS no Estado do Paraná, me colocar à disposição da Comissão, no sentido de estar esclarecendo qualquer dúvida que possa estar havendo com relação a obras do INSS. E, em segundo lugar, eu gostaria de esclarecer que, a partir da nova estrutura do INSS, desde 99, o papel da Superintendência é um papel de articulador junto às gerências-executivas, que no Estado do Paraná são cinco: gerência-executiva em Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e a quem compete então dentro, desse modelo de descentralização, a responsabilidade junto a todos os imóveis e obras. Nós temos no Estado 52 imóveis próprios, dos quais 37 estão sendo utilizados, cinco estão cedidos, aliás, cinco são cedidos para o INSS e dez são cedidos pelo INSS. Temos ainda oito imóveis que são locados, temos dois imóveis prontos para desmobilizar, os quais já entraram no modelo de licitação — foi apresentada uma proposta de leilão, mas não apareceu comprador —, e três imóveis a gente considera como reserva técnica. E desses imóveis que estão cedidos, eles precisariam de uma regularização, no sentido de a gente estar dando melhor aproveitamento a eles, porque existe um certo custo para o INSS em estar com esses imóveis parados. Basicamente seria isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Agradecendo a sua exposição, eu queria passar a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dra. Elizabeth, eu queria registrar aqui por parte da Relatoria os nossos agradecimentos e as nossa satisfação por a



senhora estar comparecendo nessa Comissão para colaborar conosco em relação à CPI das Obras Inacabadas, e também do uso desses imóveis que representam ativo ocioso da União. Eu queria lhe fazer uma pergunta: não tem uma obra sendo executada pelo INSS aqui no Estado do Paraná?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Na verdade, nós temos uma última obra sendo executada, no modelo do Programa de Melhoria de Atendimento, que seira uma adaptação, uma reforma de obra, né? Nós tivemos, o ano passado, onze obras licitadas e concluídas nesse modelo, e uma está em andamento no Município de Paranaguá.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Foram observados todos os pré-requisitos da Lei de Licitação, a 8.666?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Sim, nós temos aqui um resumo dessas obras, o valor da licitação, como que foi. Isso a gente trouxe para vocês.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Essa obra tem previsão de quando vai ser concluída?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Sim, ela foi iniciada em 16 de julho, e está prevista a conclusão para novembro.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O ritmo dela tá em normalidade?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Ela tá bem no início, né, mas a gente acredita até por conta de a construtora ter um prazo para estar entregando essa reforma concluída.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Além dessa obra, tem algum imóvel... A senhora citou aí cinqüenta, disse que está com três com reserva técnica



e tem alguns que são também alugados pelo INSS. A senhora conhece outros imóveis de propriedade ou recebidos pelo INSS em dação em pagamento ou em alguma execução fiscal que está incorporado ou tem que incorporar ao patrimônio da União?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Eles estão todos dentro desses 52 imóveis.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Todos os 52?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Todos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Mesmo fora da sua área de atuação, fora da sua gerência, a senhora conhece aqui, no Estado do Paraná, alguma obra inacabada ou com algum vício na sua contratação, seja na licitação ou qualquer vício quanto à sua legalidade, que recebeu recursos federais e que está inacabada?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Não, Deputado, não conheço. Pessoalmente, não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – A senhora não conhece? Nem teve notícia pela imprensa nem pela...

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – É, algum conhecimento pela imprensa.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Qual que a senhora teve?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Bom, eu acho que é esse do fórum, né, que está visível aí na nossa frente. É um imóvel que a gente tem conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Muito bem. A senhora tem cinco gerências aqui, né?



A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Cinco.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Essas cinco gerências já estão acompanhando... Está centralizado o acompanhamento pela Superintendência aqui, né?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – É. Na verdade, a Superintendência descentralizou as cinco gerências...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – ... e todo esse acompanhamento das obras. Então, fica sob responsabilidade das gerências.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É isso. Eu queria lhe perguntar, por fim, se o INSS tem algum, no meio desses imóveis, desses 52, algum imóvel rural.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Não, imóvel rural, não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não, né?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Nós temos um grande imóvel aqui, que é conhecido como a Gleba Juvevê, que pertence à Gerência-Executiva de Curitiba e que tem alguns problemas com relação à invasão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Imóvel rural?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Não, é um imóvel urbano.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Urbano. Para a senhora fazer essas licitações, a senhora utiliza a avaliação efetuada pela Caixa Econômica?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Sim, para a venda dos imóveis é obrigatório a utilização da avaliação da Caixa Econômica.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – E como é que é esse fluxo de solicitação do INSS junto à Caixa e o atendimento da Caixa? A qualidade dessa avaliação? Se ela é avaliada dentro de preço de mercado, se ela é avaliada, vamos dizer assim, não é ponderado o valor de avaliação, o preço de mercado.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – É, na verdade...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Se é no ritmo de normalidade ou...

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Na verdade, a gente considera um problema, Deputado, porque a gente tem que pagar pela avaliação, e a avaliação normalmente é feita num valor muito alto, e daí não aparece um interessado nela.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Essa avaliação é feita, é submetida sem ponderação ao preço de mercado?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – O que é repassado para a gente pela legislação é que a gente só pode considerar o valor da Caixa. Agora, quando a gente tem a oportunidade de receber algum outro tipo de avaliação, como a de um leiloeiro que recentemente fez uma avaliação informal sem ônus para o INSS, ele disse que a avaliação da Caixa realmente era uma avaliação muito alta e que não apareceria comprador. Na verdade, foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Essa licitação é feita só na forma de pagamento a vista, ou também na forma de pagamento parcelado, quando o edital vai para a rua?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Olha, na verdade, esses dois editais que foram apresentados à população desses dois imóveis, que se



encontram regularizados para desmobilização, eles foram apresentados para valor de pagamento a vista.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Pagamento a vista. Já foi utilizado alguma vez, em alguma licitação, a modalidade de pagamento parcelado aqui pela Caixa?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Não. Não que eu conheça.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Só a vista.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Não que eu conheça.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Só a vista. Eu queria agradecer a presença da senhora e dizer que a vinda da senhora aqui a gente vê com espírito de colaboração. Nós não temos nenhum registro que possa desabonar o teu trabalho, ou o do INSS aqui em Curitiba. Muito obrigado.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Obrigada ao senhor. Eu vou passar às mãos um breve resumo do que a gente trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Por favor, só um minutinho, que nós temos os outros Deputados que ainda querem perguntar.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Ah! Pois não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ela quer passar o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Não, só fazer um registro da presença do Deputado Estadual José Maria Ferreira, do PSDB e, de forma prazerosa, também receber Alcyone Saliba, Secretária de Educação, que tinha um impedimento de participar da audiência. Agora, superado o impedimento, se encontra aqui presente e, logo depois desta parte, será convidada para compor a



Mesa e fazer a sua exposição. Eu só tenho uma pergunta para fazer com relação aos imóveis. Na prática é o seguinte: o cidadão, ele deixa de pagar o INSS, ou empresa ou particular, e aí você se apropria de um bem. Esse bem, em tese, é da Previdência Social, que tem aquela obrigação permanente de custear o pagamento.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Quando isso não acontece, o bem passa a ser doado, ou por cessão, ou em definitivo para um outro órgão público, ou até muitas vezes não utilizado corretamente, ou não consegue se vender, não é uma fraude ao sistema de Previdência Social, que tem uma obrigação de... Muitas vezes, nós ouvimos falar de quem é gestor da Previdência que falta dinheiro. Então, não tem um problema constituído. Aí uma avaliação, se a senhora pudesse nos informar sobre isso e qual o prejuízo que isso causa ao sistema. O que isso traz de... Porque ninguém cedeu um bem prazerosamente, foi fruto, normalmente, de um processo até, muitas vezes, judicial, né? Então, como é que...

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Certo. E, muitas vezes, até de compra, né? Houve aquisição por parte daqueles antigos institutos, né, para que realmente fosse um patrimônio que viesse, quando necessário, fazer esse tipo de pagamento para os benefícios dos segurados da Previdência. Mas, na verdade, com o que houve, esses imóveis que estão cedidos na sua maioria, são cedidos por conta daquela fusão do SINPAS. E, quando houve, em 1990, a separação do INAMPS e INSS, alguns imóveis ficaram sendo utilizados pelo SUS, às vezes, na sua totalidade e, às vezes, meio a meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Esse é o mal menor. O SUS está dentro do sistema ainda. Mas, literalmente abandonado, sem nenhuma



utilização, sem nenhum retorno por aluguel, existe pelo menos um imóvel aqui que esteja dando prejuízo, porque ele tem um custo, além da deterioração?

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Na verdade, nós temos três imóveis, dois que estão aptos para desmobilização, que são esses a que eu me referi, a partir do ano passado. E é claro que tem o custo, né, de vigilância, de... E a Gleba Juvevê, que também é um custo para o INSS. Nós estamos... temos duas solicitações do Ministério Público e da Polícia Federal para que se repassasse parte dessa gleba para obras deles, mas nós temos também, por outro lado, uma comissão dentro do Ministério que está estudando a possibilidade de se retornar todo esse patrimônio para a União, por conta de dívidas que a gente tenha com o Tesouro, daí não seria uma forma de a gente estar lesando o segurado, né? Porque, na verdade, a gente ter essa despesa contínua com vigilância, com limpeza, a gente não tem condições. O INSS não é uma imobiliária, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Muito bem. Não é mesmo. Está bom, eu agradeço à Sra. Elizabeth. Concedo a palavra ao Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sr. Presidente, eu já havia lhe comunicado de que não havia qualquer uma indagação a fazer, uma vez que a Superintendente já colocou com muita objetividade os esclarecimentos que trouxe, que correspondem às nossas expectativas, muitos deles. Desta forma, eu não tenho nada a colocar, não tenho nenhuma pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer a presença da Dra. Elizabeth, pelas informações aqui a nós prestadas, e queria passar para senhora um questionário que esta Comissão está distribuindo em relação às



informações, porque algumas informações que ficarem faltando, a senhora podia complementar isso para nós.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Pois não, a gente se coloca à disposição para estar entregando posteriormente todas essas informações.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ela quer entregar um documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Ah, o.k. Muito obrigado.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Então, não havendo mais nada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Recebi um documento que nós vamos encaminhar para CPI.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO – Eu entreguei aqui para Secretária. Então, uma boa-tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Obrigado. Eu queria convidar aqui para a Mesa a Secretária de Educação, Dra. Alcyone Saliba. *(Pausa.)* A senhora tem dez minutos para suas exposições iniciais, agradecendo naturalmente, Secretária, a sua presença. A sua ausência já estava sentida por nós. Com a palavra a Dra. Alcyone Saliba.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Muito obrigada, fico muito feliz em saber que a minha ausência estava sendo sentida e fico feliz, então, que a presença pode ser reconhecida. Quero pedir, antes de mais nada, desculpas pela minha voz, eu estou rouca, mas é só isso. A gripe não pega mais, já passou. Só ficou o resquício. Peço permissão ao Presidente, Deputado Federal Damião Feliciano, para ler o ofício que eu enviei, no dia 27 de julho de 2001, à Comissão Parlamentar de Inquérito de Obras Inacabadas. Eu tenho cópias extras, caso sejam



necessárias. Posso, inclusive, começar já a distribuir. No ofício eu digo, Sr. Presidente, que: “Acusamos o recebimento do Ofício nº 172-Pres., pelo qual V.Exa. comunica a instalação, nessa Douta Câmara dos Deputados, da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar obras inacabadas que tenham recebido recursos federais. Temos a satisfação de informar-lhe que os convênios firmados entre esta Secretaria de Estado da Educação” — eu deixei bem claro que, no Estado do Paraná, a Secretaria de Educação não é da Cultura e dos Esportes juntos, é só da Educação, básica na verdade — “e o Ministério da Educação, no período 1999/2000, foram executados plenamente, envolvendo ações para a capacitação de profissionais da educação no Estado, aquisição de material didático-pedagógico e equipamentos para o Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. No corrente ano de 2001, estão sendo executados, via” — um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Educação — “PARANATEC – Agência para o Desenvolvimento do Ensino Técnico do Estado do Paraná (órgão vinculado a esta Secretaria), os convênios relativos ao PROEP, o novo Programa de Expansão da Educação Profissional, com recursos” — sim, do Ministério da Educação, via a SEMTEC, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Esses recursos são destinados ao Centro de Educação Profissional de Londrina e de Curitiba, os que já estão em execução. Nós temos mais convênios assinados, apenas em execução dois. “Tais recursos destinam-se aos investimentos de infra-estrutura física, equipamentos técnico-pedagógicos, consultoria e capacitação de pessoal...”. Da mesma forma, o outro órgão vinculado, uma unidade administrativa dessa Secretaria, que é o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – FUNDEPAR, “responsável por obras de construção e restauro de



prédios escolares, pelo gerenciamento do Fundo Rotativo” — recursos que vão atender diretamente nas escolas necessidades administrativas e de manutenção de obras — “e da Merenda Escolar, também não se enquadram nos objetivos a que se destina a Comissão retromencionada, por não possuir obras inacabadas que tenham recebido recursos federais. Desta forma” — é nosso entendimento — “não existe objeto para o meu comparecimento na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná” — nesta data — “para prestar esclarecimentos” sobre obras inacabadas com recursos federais. Em sumário, os recursos que nós recebemos por convênios do Ministério da Educação, de uma maneira geral, são para equipamentos, capacitação e a aquisição de materiais didático-pedagógicos. Já há muito tempo, aliás, recursos federais do Ministério da Educação, do FNDE, não chegam para as Regiões Sul... para a Região Sul do País, porque a prioridade do Ministério da Educação, em termos de obras, é o Nordeste e o Norte, e está correto. Então, as nossas, o nosso sucesso em obter recursos federais, está sempre na área de capacitação ou aquisição de material para a educação de jovens e adultos e para a educação especial. Agora, sim, no ano passado, tivemos o primeiro grande sucesso na obtenção de recursos federais para a educação profissional, e dois convênios estão em andamento sem nenhum problema. Presto estes esclarecimentos e estou à disposição para responder a quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Secretária, veja bem, o nosso intuito aqui da nossa CPI, a este Estado e aos outros Estados, naturalmente é para recolhermos informações capazes de subsidiar a nossa CPI, em questão dessa objetividade que são as obras inacabadas, e é também os bens públicos da União que estão sendo subutilizados ou não. No que (*ininteligível*) seria necessário ser no



âmbito da sua Secretaria, daqui a pouco os Parlamentares vão lhe fazer algumas perguntas, mas só a título, naturalmente, de colaboração, eu acredito que senhora pudesse subsidiar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por isso mesmo que nós estamos fazendo um périplo pelo Brasil, no sentido de colher essas informações. E estamos adquirindo essas informações à medida que nós estamos passando pelos Estados, a exemplo de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, agora, do Paraná. Então, a sua presença só vai naturalmente aumentar a colaboração e também os nossos conhecimentos, para que, depois quando nós estivermos em Brasília, fazer exatamente essa drenagem, essa (*ininteligível*), para que a gente possa dar um resultado positivo à Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Digo-lhe que elogio a iniciativa e acho totalmente pertinente a minha presença para contribuir para o objeto maior desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Sim. Com a palavra o Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu faço minhas as palavras do Presidente, no que diz respeito ao agradecimento que esta Comissão faz, em especial esta Relatoria, pela sua presença e pelas informações aqui prestadas. Mas eu queria merecer da senhora mais alguns esclarecimentos. O primeiro, já que não existem duas obras que estão em andamento na sua Secretaria e que receberam recursos federais e que não existe nem de outros tempos obras antigas, aí porventura que tenham recebido recursos federais e que estejam paralisadas, ou



que tiveram algum vício na sua contratação, na sua execução, alguma ilegalidade. A senhora tem conhecimento?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Repita, por favor. O senhor está falando sobre obras com recursos federais que antes, que fora desse período de 99/2000 e que eu possa ter conhecimento?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Isso.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Tá.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Nós fizemos um levantamento do período a que o ofício se referia, e eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Tá.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – E terei grande prazer, se isso for necessário, de fazer uma segunda investigação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dentro do espírito ainda de obter mais informações, a gente busca saber se em outra Secretaria, em outros pontos aí, a senhora tem conhecimento de alguma obra inacabada que recebeu recursos federais, mesmo que seja em outra Secretaria?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Os jornais têm veiculado informações... Sendo uma Secretária de Estado e sabendo que nem tudo que os jornais sobre a minha Secretaria é correto, eu leio as informações e registro. Os jornais têm veiculado informações sobre o grande levantamento que tanto o nosso Estado também está fazendo um grande esforço para fazer esse tipo de levantamento e, sem dúvida, não só é concluir as obras inacabadas, mas entender



toda a motivação, os fatores que levaram a isso. Mas, ademais, além do que os jornais têm noticiado, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu agradeço a presença da senhora uma vez mais. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, Sra. Secretária, aqui no Estado do Paraná, realmente tem uma organização um pouco diferente do nosso Estado e de uma boa parte dos Estados do Brasil. Mas, de qualquer forma, eu vou solicitar algumas perguntas, algumas na condição de Secretária, outras na condição de parceira da administração e até de cidadã. Porque, de fato, dessas obras que foram citadas hoje, eu queria entender um pouco mais como é que funcionam. Esses recursos que vão direto para a escola, se tem nesse recurso parte que é federal, dos vinte e poucos milhões; se tem recursos federais e são recursos do Estado; e como que é a gestão e, com base em que normas, elas estão respaldadas. É uma legislação estadual que permite o repasse e a gestão direta através das associações? Como que é feita a prestação de contas? Isso, especificamente na questão das escolas, que pode ser a reforma de um banheiro, de uma sala, ampliação. Então, a primeira questão especificamente é na questão das escolas. Escolas e creches, né? Como é que é feito isso e como é que o Estado acompanha? Porque nós somos favoráveis à gestão participativa. Agora, nós não queremos criar, além de todas as Prefeituras, mais não sei quantas mil ordenadoras de despesa, e prestadores ou maus prestadores de conta. Então, eu sei que a participação da comunidade é importante, em tese, para dar transparência, para



facilitar o trabalho, para não permitir beneficiamento de empresas e até garantir a qualidade do serviço. Mas eu sinto que aqui tem um problema, porque a quantidade de grupos que demoram a prestar contas, mudam objeto do contrato, ou fazem o serviço de forma diferenciada, me parece um pouco grande. Então, eu gostaria de entender como é que isso funciona e se, nesse processo, consta também algum recurso federal.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Primeiro, eu queria só fazer um esclarecimento, que o senhor falou muito bem: o Estado do Paraná, através de um trabalho de, mais ou menos, doze anos de municipalização, descentralização e desconcentração na educação hoje, basicamente, nós temos a separação da escola do jovem da escola da criança. Os Municípios são responsáveis hoje por 90% do atendimento da Educação Infantil, que inclui a creche e a primeira à quarta séries, o primeiro segmento do Ensino Fundamental. O Estado é responsável por 95% do atendimento da matrícula da quinta à oitava, segundo segmento do Ensino Fundamental; 100% do Ensino Médio e basicamente 100% do antigo Supletivo, hoje de jovens e adultos e basicamente 100% da Educação Especial. Nesse caso, inclusive com parcerias com entidades filantrópicas. E essa é uma característica muito especial do Paraná. Isso não ocorreu de um dia para o outro. No final da década de 80, o Paraná já estava na frente de outros Estados na separação da escola da criança, escola do jovem e escola do adulto. Por essa razão... Aliás, em apoio a essa política de desconcentração, descentralização e municipalização, nós temos na rede estadual, portanto, responsável pela quinta à oitava, Ensino Médio, antigo Supletivo e a Educação Especial, a descentralização de recursos, a transferência de recursos diretamente para a escola, através de duas



formas: nós podemos mandar para a Associação de Pais e Mestres e podemos mandar para a conta da escola. O dinheiro, os dois dinheiros têm prestação de contas, e os dois dinheiros têm prestação de contas analisadas pela Secretaria, pré-aprovadas pela Secretaria, e, realmente, auditadas pelo Tribunal de Contas do nosso Estado. Eu acredito que o Presidente Rafael Latauro declararia aqui para o senhor que esse sistema tem sido mais do que satisfatório. Concordo com o senhor que a transferência de recursos tem que ir acompanhada com a transferência de responsabilidade. E, mais ainda: de mecanismos de conferências e verificações. No nosso Estado, o Paraná, o Fundo Rotativo é 100% recurso estadual, porque é a quota estadual do salário-educação. Não tem um tostão de recurso federal. Da mesma maneira, quando nós fizemos... Desde 98, estamos fazendo várias obras descentralizadas para Associações de Pais e Mestres, e é 100% recurso estadual. Nesse caso, inclusive, recursos que têm... de dois projetos que têm empréstimos internacionais, 100% estadual. A escola paranaense, tanto a municipal quanto a estadual, também recebe recursos federais. É o Dinheiro Direto na Escola. Como o senhor sabe, não é... não se pode usar o Dinheiro Direto na Escola para obras. Ele é carimbado para outras atividades. Mas as nossas escolas paranaenses, todas elas estão elegíveis, qualificadas, e a cada ano recebendo os recursos do PDDE — Dinheiro Direto na Escola —, mas os dinheiros estão sendo gastos de acordo com a legislação pertinente ao Dinheiro Direto na Escola.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Só uma pergunta: com relação à notícia das 288 escolas com irregularidades no Tribunal de Contas, de hoje, no jornal. O que é isso? O que significa isso?



A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Eu não sei, porque eu só li o que o jornal fez. O que nós temos? Nós temos 2.200 escolas, mais ou menos. A cada ano, quando a escola presta conta ou do fundo rotativo ou de outro recurso transferido para a escola, nós temos um número, se o senhor olhar bem, duzentos e poucos, que é mais ou menos 10%, e que o Tribunal encontra irregularidades técnicas. E, obviamente, o Tribunal tem a obrigação de pedir os esclarecimentos necessários. E, claro, se detectada qualquer, não irregularidade, mas se confirmada a má-fé, que é isso o que é importante, a Secretaria de Educação, até mesmo por determinação do Tribunal de Contas, toma as devidas providências. Eu quero dizer para o senhor que, ao longo do ano, normalmente temos sete a oito, máximo dez, diretores de escola, ou escolas, que têm, realmente, dificuldades na implementação do recurso descentralizado. Se o senhor fizer a conta, esse número de... essas escolas, não onde foram detectadas irregularidades... Qualquer relatório pode ter irregularidade técnica, falta de uma nota. Então, pede-se a nota fiscal. A nota está incompleta, está sem data, quer dizer, irregularidade desse tipo, 10% do quadro eu considero, como administradora pública e como doutora em administração da educação, perfeitamente razoável para um sistema que é descentralizado. O que é mais importante é que não é esse o número de irregularidades que são consideradas punitivas, que merecem punição. O número, realmente, de problemas que nós encontramos com a descentralização é um número muito pequeno em relação à nossa rede, que, como eu disse ao senhor, tem mais de 2.200 escolas. Quero também concordar com o senhor que todo o sistema, seja centralizado ou descentralizado, precisa ter controles e verificações. Na nossa política, considerando a experiência positiva que nós temos com a descentralização para a instância mais



perto do cliente, do usuário, do beneficiário, tudo o que pode ser feito descentralizadamente, em termos financeiros, deve ser feito. Essa é a nossa regra. Mas nem tudo deve. Por exemplo, nós estamos, agora, no processo de licitação de laboratórios de Física, Química e Biologia. Não procede fazer descentralização de recursos, porque não é um produto local. Mas também não procede fazer licitação central de material de escritório que tenha produto local. Então, nós temos como princípio de que tudo o que pode ser comprado localmente deve ser comprado localmente. Mas aquilo que não pode, ou não deve, não é comprado localmente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – A última pergunta é com relação a uma coisa que não está afeita à Secretaria de Educação. Parece-me, pela separação que foi informada, que lá no Espírito Santo nós tivemos um quadro grave, que foram, de fato, superfaturamentos de quadras. No nosso caso, aconteceram superfaturamentos, porque com o FUNDEF acabou sobrando um recurso. Então, a primeira pergunta é se o percentual utilizado na educação, pelo menos nos dois últimos anos, 1999 e 2000, percentual da educação no Estado, e com relação a essas quadras, se elas são recursos do Fundo e se elas são geridas pela educação ou se pelo esporte.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - A nossa Secretaria não é responsável por construção de quadras com recursos federais. Nós temos, sim, dentro do FUNDEPAR, nossas próprias quadras, com recursos da nossa quota estadual de salário-educação. O Estado do Paraná, como o Estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, quero dizer para o senhor, tem sido beneficiado com muitos poucos recursos federais para (*ininteligível*). E, outra vez, como cidadã e educadora, eu concordo plenamente. Como Secretária de Educação, eu brigo



duramente para trazer os dinheiros para cá. Mas, como cidadã, eu concordo. O senhor é capixaba, eu nasci em Colatina — só um detalhe entre nós. Então, permito-me dizer, eminente Deputado, que as nossas quadras, construídas via FUNDEPAR, são com recursos do salário-educação, quota estadual. Sem dúvida, outras Secretarias poderão ter mais informações para o senhor. Eu só tenho essas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Tá bom. Eu agradeço. É bom saber que ela é de Colatina, que eu sou de São Roque, um Município vizinho, bem pertinho.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Bem pertinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Prazer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sra. Secretária Alcyone, a senhora é Secretária de Educação, Desporto e Cultura? Não?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Só de Educação?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Deputado, eu sou Secretária de Educação Básica. No nosso Estado, a Cultura é separada, o Esporte é separado e, também, a Educação Superior é separada. Eu sou responsável pela rede de educação básica, que no Estado do Paraná tem 2 milhões e 900 mil alunos, divididos entre a rede pública, municipal e estadual, e a rede particular.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A senhora não tem convênio, então, a Secretaria da senhora não tem convênio com o Governo Federal para a construção de quadras escolares, em áreas escolares? No novo programa do Governo a senhora não assinou esse convênio?



A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Ainda não. Mas eu estou lutando para prazer para cá.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tá. E sobre a... A senhora é responsável pela Usina do Conhecimento?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Eu sou a responsável pelas Usinas do Conhecimento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Do pontal da cidade também, não?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Como?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O pontal de entrar em cidade, não. Só Usina do Conhecimento?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Só Usina do Conhecimento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A senhora assinou convênio com o Ministério, dois, três anos atrás, Usina de Conhecimento?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Eu não tenho nenhuma informação. Como eu disse ao senhor, o nosso levantamento foi feito todo de que nós não temos recursos federais para as Usinas do Conhecimento. Se eu estiver errada, posso, sem dúvida, reconferir os meus dados, Deputado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então, não recebeu do Ministério do Esporte... do Governo Federal para esse consumo, construir a Usina do Conhecimento, em Pato Branco?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Eu não tenho nenhuma informação.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu vou especificar a obra.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Claro.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Usina do Conhecimento de Pato Branco.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Eu não tenho nenhuma informação de que nós temos recursos federais nessa Usina. Mas terei grande prazer de reconferir os meus dados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então, quadro... a senhora não tem esse convênio, ainda, novo? E construção de escola... E a Escola Técnica, aqui, no Paraná? Tem alguma abandonada?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - O senhor está falando das escolas do Governo Federal?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Isso.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Eu não tenho informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Que está desativando alguma. A senhora não tem noção?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Eu não tenho informação sobre o assunto. Terei prazer em levantar para o senhor. Mas eu não tenho informação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E as antigas escolas agrícolas? Porque tem muitas que foram construídas no Paraná. Como estão elas?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Elas estão...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sob sua responsabilidade?



A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - São de nossa

responsabilidade. Elas estão funcionando com a concomitância entre o ensino médio e a educação profissional. Como os nossos colégios agrícolas, são doze, eles são residenciais, ou seja, o aluno está internado, então nós fazemos o ensino médio e o pós-médio, o ensino profissional concomitantemente. Quando o aluno sai — isso é novo, isso começou em 99 —, ele já sai com dois diplomas: o do ensino médio e o da educação profissional. É o único setor da educação profissional que é feito concomitantemente com o médio, em vez de pós-médio.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Havia alguma escola agrícola que era do Governo Federal e que foi passada para o Governo Estadual?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Eu não tenho nenhuma informação nesse sentido, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Gostaria de agradecer à Dra. Alcyone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Secretária Alcyone, queria cumprimentá-la. Tive também o privilégio de ser Secretário de Educação e Desporto do meu Estado, Santa Catarina. E tinha tomado já conhecimento de que no Paraná a educação superior separa-se da educação básica, e que a Secretaria, dirigida por V.Exa., apenas compreende a educação básica, desde a pré-escola até o ensino médio. Confere? Mas, ao cumprimentá-la, e dizer da importância da Pasta que dirige para a integração, o desenvolvimento do nosso Paraná e, sobretudo, para a formação do nosso futuro cidadão paranaense, ou do atual, pois que jovens também



freqüentam a rede de ensino, teria apenas uma pergunta à senhora, mesmo porque estou já afastado há quase quatro anos da Secretaria de Educação do meu Estado. O Paraná tinha um projeto na área de educação média e tecnológica bastante ousado, sob o ponto de vista dos alcances pretendidos. E, na busca de concretização desse projeto, foram transferidos alguns recursos por parte do Governo Federal para a educação média e tecnológica, para investimento, para a construção de colégios, mesmo que no período anterior ao que a senhora responde pela Secretaria?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Deputado, antes, queria dizer para o senhor que a nova Secretária de Educação do Estado de Santa Catarina, neste momento, Profa. Míriam, uma das maiores líderes que nós temos, é a atual parte representante da Região Sul no CONSEDE — Conselho de Secretários Estaduais de Educação. É um privilégio para Santa Catarina. Eu tenho impressão que o senhor está fazendo referência ao PROEM — Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio. É isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – *(Inaudível.)*

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - O PROEP. Bem, então, vou falar dos dois. O PROEM não tem recursos federais. O PROEM foi iniciado, basicamente, como debate, como concepção, antes da LDB. Então, o Paraná, o senhor está certo, ele se adiantou e, portanto, saiu na frente, aprendeu várias lições. E hoje nós temos o grande prazer de sempre contar aos nossos colegas de outros Estados como fazer e como não fazer. Mas, realmente, o Paraná, é verdade, ele se adiantou à reforma do ensino médio e profissionalizante, hoje ensino... desculpe, o ensino de 2º grau e profissionalizante, hoje ensino médio e ensino profissional. O



PROEM não tem nenhum recurso federal. O PROEP, sim. Pela primeira vez, no ano passado, como eu disse para o senhor, nós conseguimos receber recursos para dois centros, aqui. Eu vou repetir o nome deles: um de Londrina e um de Curitiba. Nós assinamos, no final do ano passado, e foi um privilégio para nós. E nós estamos, agora, em plena implementação desses dois convênios. Já assinamos novos convênios este ano. Já temos, mais ou menos, entre 12 e 13 milhões para o Paraná. Mas esses novos convênios só estão na parte da documentação, ainda. Mas dois, que assinamos entre setembro e outubro do ano passado, estão em plena implementação. E, pelo que eu conheço, satisfatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Posso saber, ainda, Secretária, o montante desses dois convênios e se as obras encontram-se em perfeita execução?

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Estão, pelo que eu tenho toda a certeza para o senhor, com execução satisfatória, com todos os percalços normais que um novo projeto traz. É a primeira vez que o Estado foi atrás dos recursos do PROEP. Eu vou dizer, mais ou menos, de cabeça, para o senhor que cada um é mais ou menos 1,5 milhão. Pode ser um pouquinho mais, um pouquinho menos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Sr. Presidente, Sr. Relator, nossa querida Secretária de Educação, Alcyone Saliba, quero só fazer uma saudação para essa simpatia que realmente é a Secretária.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Obrigada, senhor.



O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – E dizer que, realmente, o trabalho que ela faz frente à Secretaria de Educação no Paraná é um trabalho que muito nos orgulha.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Obrigada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE - É um trabalho que é conhecido e reconhecido nacionalmente. E, evidentemente, basicamente, de recursos do Governo Federal para a aplicação em obras na Secretaria de Educação, realmente são poucas as que a gente tem conhecimento. Tem esses PROEPs, que dão um total de onze.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Agora, nós estamos, mais ou menos, entre 11 e 13 milhões assinados. Mas vamos atrás de mais. Porque, no caso da educação profissional, o Sul e o Sudeste, que não são aquinhoados com recursos de obras, vão ser mais aquinhoados com recursos da educação profissional, porque estão mais adiantados com o ensino médio. Então, nós esperamos, se a mesma lógica permanecer, de necessidade, que nos beneficiaremos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – É, mas só para se ter uma idéia, no Orçamento da União deste ano, só para o CEFET do Paraná, nós locamos, de recursos da União, 4,5 milhões de uma emenda coletiva. E, evidentemente, recursos do Ministério da Educação, este ano, para o transporte escolar, que é hoje a grande reivindicação, nós teremos investimentos maciços. Então, eu, da minha parte, só vou saudar a nossa Secretária e saudar o trabalho que ela desenvolve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria agradecer a presença da Secretária Alcyone e passar para suas mãos um questionário, que a



nossa Comissão está solicitando às pessoas que estão nos dando as informações, para que algumas informações que não foram colocadas aqui possam depois ser elaboradas para o nosso questionamento. E dizer que não é devido a esta Comissão, Secretária, porque nós estamos imbuídos de outro trabalho, mas dizer da satisfação de conhecê-la pela exposição que a senhora fez a respeito do setor que a senhora dirige tão bem.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Muito obrigada. Eu posso fazer uma última declaração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA - Eu só queria fazer uma pequena correção com o meu colega de Santa Catarina. É de que não se pode falar que a Secretaria de Educação cuida apenas da educação básica, porque são 2 milhões e 900 mil alunos, enquanto, por exemplo, o ensino superior são cento e poucos alunos. Então, a educação básica, ponto, é suficiente. Eu tenho a certeza de que o senhor entende. É só, realmente, esclarecer que a nossa tarefa é suficiente.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Não, o “apenas” não teve essa conotação.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Eu sei.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Foi no sentido de esclarecer; mais como um mecanismo de esclarecimento aos colegas que não...

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Que não separa.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Não, para os quais essa linguagem, a nomenclatura, educação básica e educação superior. O “apenas” pretendeu dizer que atende ao alunado da pré-escola ao ensino médio. É nesse sentido, certo. Não



o faria, mesmo porque sei que é na educação básica que o universo é muito maior.

Na verdade, onde estão os principais problemas da educação.

A SRA. ALCYONE VASCONCELOS R. SALIBA – Exatamente. É o nosso alicerce. E também ao Deputado José Janene, já que ele tocou na questão do transporte escolar, que eu, como Secretária de um Estado, que tem essa questão, e também como membro do CONSEDE, gostaria de ter oportunidade de continuar, porque eu tenho propostas concretas de como modificar o Programa Nacional de Transporte Escolar, de forma que os Estados do Sul, que já fizeram a municipalização, possam se beneficiar mais. Hoje, como estabelecido, as regras do Programa Nacional de Transporte Escolar não satisfazem aos nossos Municípios paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Muito obrigado, Sra. Secretária.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE - Só para registrar a presença de dois companheiros: Deputado Estadual Duílio Genari e Deputado Estadual Cesar Seleme, presentes aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - É uma grande satisfação, nobres colegas. Para tomar assento à Mesa, convido o Sr. Antônio Andreguetto, Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pela ordem, nobre Deputado.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de pedir para a assessoria, e que ficasse registrado nesta Comissão, algumas obras sobre as quais gostaria pudesse ser feito, em Brasília, um levantamento melhor: Pontal Paisagismo de Foz de Iguaçu, dinheiro da EMBRATUR, 5 milhões de reais, executado 65%, paralisado em 1998, abandonada; Usina do Conhecimento de Pato Branco, recurso também (*ininteligível*) desde agosto de 1999; Conjunto Habitacional Antônio Vieira, abandonado, em Jataizinho, em 1992, dinheiro do Governo Federal, posteriormente, invadido; Colônia Penal Agrícola de Tamarana, quando o Município ainda era Distrito de Londrina, hoje já é cidade. A Colônia Penal Agrícola está simplesmente abandonada, foi iniciada em 1981. Então, gostaria, Sr. Presidente, que pudesse registrar essas obras e depois fazer um levantamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata a solicitação do nobre Deputado. Queria convidar para fazer parte da Mesa o Sr. José Antônio, já o chamamos. Em função de os depoimentos serem um pouco mais rápidos, vamos suspender nossa reunião pelo intervalo de quinze minutos e daqui a pouco retornaremos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Dando continuidade aos nossos trabalhos, quero convidar para compor a Mesa o Sr. João Alberto Santchuk, Chefe do Distrito do DNER. Sr. João Alberto, V.Sa. tem dez minutos para suas exposições iniciais.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, senhoras e senhores, é com muito prazer que eu atendo aqui a solicitação da Comissão para fazer uma breve explanação — vou procurar ser o mais objetivo e



rápido possível —, sobre os empreendimentos que o Governo Federal vem desenvolvendo no Estado do Paraná, nos últimos anos. Queria também pedir desculpas, porque eu estou com um pouco de gripe e a minha voz está muito ruim. Mas vamos começar, então, pelos **slides**. Não sei se é possível apagar um pouco as luzes aqui, principalmente perto da tela. (*Pausa.*) Não é possível. Está certo. Então, vamos começar a passar os **slides** e vamos fazer alguns comentários e algumas explanações a respeito do assunto no que diz respeito a rodovias federais no Paraná.

(*Projeção de slides.*)

Em primeiro lugar, vamos falar sobre o Corredor São Paulo-Curitiba-Florianópolis, que é sem dúvida alguma a obra mais importante do Governo Federal, não só no Paraná, mas no Sul do Brasil nos últimos anos. Como todos sabem, como todos nós sabemos, os investimentos no Brasil, principalmente em infra-estrutura, por quase cerca de quinze anos, estiveram muito abaixo da necessidade por diversos problemas que o Brasil enfrentou durante esse período. E os investimentos em grandes obras de infra-estrutura só passaram a ser possíveis através da estabilização da moeda no Brasil e através, evidentemente, da negociação da dívida externa, renegociação. A partir desse ano, então, o Brasil passou a se habilitar e a buscar financiamentos internacionais, como é o caso dessa obra extremamente importante e vital mesmo para o Sul do Brasil e para todo o MERCOSUL, cujo projeto inicial já tinha sido realizado há cerca de vinte anos. Então, há vinte anos já se imaginava e verificava que era importante a execução desta obra. E só após, então, a nova estabilização do Brasil é que isso foi possível. Esse financiamento foi possível de ser obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao



Banco de Importação e Exportação do Japão, atualmente o JBIC e o BID. Bom, a execução das obras do Corredor São Paulo-Curitiba-Florianópolis tem uma extensão total de 660 quilômetros e busca, ou traz em benefício, a ampliação de capacidade do tráfego — primeiro objetivo. Segundo, elevação do nível de serviço e, em termos de segurança, redução dos elevados índices de acidentes que havia anteriormente. As obras do Corredor compreendem basicamente a duplicação da pista existente; a restauração da pista antiga; no caso do Paraná, a implantação do contorno Leste de Curitiba, com 45 quilômetros, já em pista dupla; a implantação de pontes e viadutos; a recuperação e o alargamento das obras antigas, que vão ser realizadas na segunda etapa; e a implantação das praças de pedágio, também na segunda etapa. Esses dois últimos itens vão ser realizadas pelas futuras concessionárias do Corredor.

Aqui é um quadro que mostra de modo bem simplificado os principais serviços. Neste quadro mostra-se todo o Corredor, desde São Paulo a Florianópolis, onde nós observamos que são 60 milhões de metros cúbicos de terraplanagem, que foram ou estão sendo realizadas em fase final; 4 milhões e 400 mil toneladas em CBUQ, concreto asfáltico; 188 novas pontes e viadutos, e um túnel, em Santa Catarina. No caso do Paraná, nessa primeira etapa, nós tivemos o desdobramento da execução das obras em nove lotes de obras, que ali estão relacionadas, numa extensão total de 187 quilômetros de obras no Paraná. Aqui nós apresentamos um quadro resumido da duplicação da BR-116, na divisa com São Paulo, que são 43 quilômetros de extensão, e quatro obras de artes especiais, entre pontes e viadutos novos. Aqui nós temos algumas fotos que mostram, na etapa de obras, como estava o avanço das obras no Corredor, algumas em fase final e algumas em estágios



mais... Aqui uma visão ampla de um trecho da variante. Aqui é o final da duplicação, na Represa do Capivari, onde nós vemos na parte do fundo a ponte antiga, que foi alargada, reforçada e recuperada — passou inclusive de classe; mudou de classe 36 para classe 45 toneladas de carga —, e a ponte nova, na própria Represa do Capivari. Aqui é a continuação da duplicação. Aqui nós já vemos a restauração da BR-116. Nós tínhamos lá um trecho que já estava duplicado, já era duplicado, mas que sofreu restauração e melhoramentos; foi objeto de restauração e melhoramentos com 30 quilômetros de extensão entre a Represa do Capivari e a entrada do Contorno Leste. Aqui a interseção desse trecho com a estrada histórica da Graciosa, no Paraná. Então, esse viaduto foi executado nessa interseção. Aqui outro aspecto da rodovia. Aqui um retorno. Em toda a BR-116 os retornos foram executados em locais onde as duas pistas estavam com uma diferença, digamos assim, em planta, de maneira que se possa executar o retorno com muito mais segurança, quando o retorno é em nível, evidentemente. Aqui nós iniciamos a parte do Contorno Leste de Curitiba, que são 45 quilômetros de extensão, totalmente implantados em pista dupla e onde é prevista a execução de 25 obras de artes especiais, entre pontes, viadutos e passagens inferiores, das quais 22 já estão totalmente concluídas e três em execução. Aqui uma vista aérea do Contorno Leste, justamente no início, na interseção do Contorno Leste com a BR-116, na saída para São Paulo. A mesma coisa, uma visão já do Contorno Leste. Aqui um viaduto do Contorno Leste sobre a rodovia estadual. Aqui é o trevo do Contorno Leste com a BR-277. Dentro do Contorno Leste vamos ter cinco grandes interseções do tipo trevo completo. Esse, provavelmente, vai ser o principal deles com a BR-277. Aqui outro aspecto do Contorno. Aqui é outra interseção do Contorno Leste com a BR-



376, na conexão que leva até Santa Catarina. Mesma coisa, uma vista geral do trecho. Aqui já é a restauração e melhoramentos da BR-376, que liga São José dos Pinhais à divisa de Santa Catarina. É uma extensão de 69 quilômetros, a rodovia já era em pista dupla, foi restaurada, melhorada e teve o benefício da variante, da Represa do Vossoroca, quando foi construída uma nova ponte. Aqui nós vemos a passarela para pedestres na travessia urbana, em São José dos Pinhais. Mesma coisa. Uma vista da seção transversal da pista duplicada. Aqui uma vista área da Represa do Vossoroca, quando nós observamos, à direita, um antigo traçado da rodovia; era o principal ponto crítico da rodovia, onde muitos acidentes ocorriam anualmente e cujo traçado foi, então, abandonado em função desse novo traçado, com muito mais segurança. Mesma coisa, uma vista aérea. Aqui nós temos alguns **slides** que enfocam o aspecto ambiental da rodovia. Dentro desse aspecto ambiental, um dos programas mais importantes, pelo qual o Banco Interamericano trabalhou muito nesse sentido, foi o reassentamento de quatrocentas famílias, que foram transferidas de áreas de ocupação irregular, seja do DNER ou da Prefeitura de São José dos Pinhais, para um novo loteamento. Então, são quatrocentas famílias que passaram de uma ocupação irregular, em alguns casos em beira de rio e assim por diante, e passaram a morar nesse bairro, cujo projeto foi desenvolvido em convênio entre o DNER, a COHAB de Curitiba e a Prefeitura de Municipal de São José dos Pinhais. O outro programa ambiental de muita importância que nós estamos em desenvolvimento é a criação do Parque Estadual de Anhangava, que vemos nesta planta. Vemos aqui Curitiba, o Contorno Leste, neste traçado, em verde, e nós vemos ali o Parque Anhangava, que vai ser criado na Serra do Mar com recursos do Programa Corredor São Paulo—Florianópolis e implantado,



digamos assim, desenvolvido pelo Governo Federal através de dois programas: o projeto do parque e o plano de manejo, que já foi feito, já está completo, realizado, e a consecução física, digamos assim, de implantação do parque, de obtenção dessas áreas. Parte delas são do próprio Governo do Estado do Paraná e parte são de propriedades privadas, que vão ter que ser desapropriadas. Buscam-se ainda os entendimentos. Nós estamos em fase final de entendimentos com organizações que desenvolvam esse programa; agora, na prática, após a conclusão do plano de manejo. É importante destacar aí que a realização desse parque é uma exigência ambiental do Instituto Ambiental do Paraná e do IBAMA, que são os órgãos licenciadores da obra, como medida compensatória pela realização — isso dentro da Resolução nº 02 do CONAMA, que prevê essa compensação ambiental pelo dano ambiental possível de ter sido ocasionado pela obra. Essas são algumas etapas, simplesmente, de implantação do parque. Aqui são alguns aspectos resumidos da futura concessão da rodovia. Mostram-se aqui as futuras praças de pedágios. Nós vamos ter nesse programa que vem sendo implantado a licitação para concessão. Ela chegou a ser lançada, mas está atualmente suspensa. Nós teremos nesse programa, de acordo com o previsto, nove praças de pedágio entre São Paulo e Florianópolis, com 777 quilômetros de extensão, sendo, dessas nove, duas praças de pedágio no Paraná. Agora, vou falar sobre alguns aspectos, rapidamente, de outras rodovias do Paraná, de outras obras que desenvolvemos nos últimos anos no Paraná. Neste mapa, aqui ficou difícil de visualizar, mostramos basicamente o Corredor São Paulo—Florianópolis, em azul, e a Rodovia BR-116, Curitiba até a divisa com Santa Catarina, em Rio Negro. São os dois trechos que estão nesse programa, que acabei de me referir, de concessão de rodovias federais diretas, em



desenvolvimento pelo Governo Federal para concessão. O mais escuro é o Curitiba—Rio Negro, e o azul mais claro é o Corredor São Paulo—Florianópolis. Então, essas duas rodovias, tanto o Corredor São Paulo—Florianópolis, estão no Programa de Concessão de Rodovias de pista dupla, e a outra, em azul mais escuro, está a BR-116, de Curitiba até... Na verdade, esse trecho está mostrado aí só no Paraná, mas eles são 400 quilômetros de extensão desde Curitiba até a divisa com o Rio Grande do Sul, quer dizer, percorre o trecho do Estado de Santa Catarina; são 400 quilômetros. Então, essa rodovia faz parte de Programa de Concessão de Rodovias Federais em pista simples. Os dois editais estão atualmente suspensos, aguardando decisão. Este **slide** agora mostra outro programa de desenvolvimento pelo Governo Federal/DNER, que são a restauração e a descentralização de rodovias federais. É um programa que o Governo Federal já vem desenvolvendo há alguns anos, e agora nós estamos realmente na fase final para licitação das obras. Todo esses trechos que estão destacados ali, nessa cor mais escura — Bocaiúva do Sul, Curitiba também; são cinco trechos que estão mostrados ali —, são rodovias cujo projeto foi elaborado pelo Governo do Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, já recebeu a não-objeção do BID, que é um dos órgãos financiadores, e está em fase de aprovação pelo Governo Federal através do DNER. A partir disso, as obras vão ser licitadas pelo Governo do Estado do Paraná através de convênio com o Governo Federal. As rodovias vão ser restauradas através desses contratos e, a partir disso, o Estado do Paraná vai passar a assumir a conservação e a manutenção dessas rodovias, através de um protocolo de intenções já assinado. Então, todas essas rodovias passarão para o Governo do Estado do Paraná. Aqui nós mostramos, dentro de



outro programa já implantado, em pleno desenvolvimento — de amplo conhecimento, eu acredito —, que são as rodovias federais que foram delegadas ao Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 9.277; foram delegadas ao Governo do Estado do Paraná, e o Governo do Estado do Paraná promoveu a concessão dessas rodovias à iniciativa privada. Então, todas essas rodovias, desde Paranaguá, passando por Curitiba, até Foz do Iguaçu, depois Cascavel até divisa com São Paulo, depois do Rio Paraná até Curitiba, todo o anel de integração e mais os ramais de acesso estão atualmente, desde 1997, em exploração através da iniciativa privada, com a coordenação do Governo do Estado do Paraná. Então, nós vemos aí que, de 3.400 quilômetros de rodovias federais no Paraná, 1.700 quilômetros, 50% praticamente, foram delegados para fins desse programa de concessão. Estão em pleno desenvolvimento. Vamos mostrar agora, rapidamente, alguns **slides** de outras obras no Estado do Paraná, de rodovias não-financiadas, digamos assim, obras não-financiadas. A mais importante delas, sem dúvida nenhuma, pelo menos nós consideramos, é o Contorno Sul de Curitiba, que são 15 quilômetros de extensão e dão continuidade ao Contorno Leste de Curitiba. O programa... Na verdade, então, a implantação do Contorno Leste de Curitiba, com 45 quilômetros de extensão em pista dupla, e a duplicação do Contorno Sul de Curitiba, que é a seqüência, com mais 15 quilômetros, com isso, nós teremos, a partir já do final do ano, ou a nossa previsão é o cronograma até fevereiro do ano que vem, a execução completa, a finalização do Contorno Leste de Curitiba, na implantação, mais a duplicação e a restauração do Contorno Sul. Nós teremos, então, um anel rodoviário com 60 quilômetros em pista dupla, totalmente novo, ligando todas as rodovias federais que chegam em Curitiba. Então, será um grande



anel rodoviário com 60 quilômetros de extensão em pista dupla. Nós vemos aqui um aspecto da obra. Aqui um trecho já implantado. Agora, aqui nós temos um quadro que mostra a BR-153, a Transbrasiliana. É uma obra com 80 quilômetros de extensão, que liga Ventania até a BR-376, em Alto do Amparo. É uma rodovia de extrema importância para o Sul do Brasil. O DNER licitou essas obras de implantação e pavimentação. As obras foram iniciadas já em junho de 97 e foram paralisadas em janeiro de 99. É a obra do Paraná, que eu posso destacar, digamos assim, que está paralisada há mais tempo, ou a única obra paralisada que nós temos aqui de implantação. Nós temos lá uma extensão de 83 quilômetros de implantação e pavimentação, das quais nós vemos no quadro embaixo um avanço físico de 37 quilômetros de terraplanagem já concluída e uma pavimentação asfáltica completa já de 11 quilômetros. Nós temos lá uma previsão de recursos de 40 milhões, dos quais já foram executados 7, e temos a previsão de uma necessidade de mais 32 milhões para concepção final dos objetivos. Aqui se mostra uma foto dessa rodovia do trecho de 11 quilômetros já pavimentado. Este outro quadro mostra outra rodovia de muita importância para o Sul do Brasil, para a região do Paraná, principalmente, que liga Curitiba a São Paulo. É a antiga Estrada da Ribeira, que até 1960 era a única ligação entre a Capital do Estado do Paraná e de São Paulo. Essa obra iniciou-se em agosto do ano passado. É um ano praticamente, que está se completando agora. Nós temos 94 quilômetros de extensão, de pavimentação prevista, dos quais a terraplanagem já completou 64 quilômetros, e já temos 12,8 quilômetros praticamente de pavimento concluído. Aqui se mostra uma foto do aspecto final da rodovia, desses 13 quilômetros já pavimentados. É uma rodovia de menor classe, digamos assim, em termos de classificação funcional, mas



pavimentada com concreto asfáltico, quer dizer, o revestimento de melhor qualidade. Seguiu-se aí basicamente o traçado da rodovia existente. Aqui nós temos alguns aspectos da Rodovia Boiadeira, uma rodovia de extrema importância também, que liga a ponte de Porto Camargo com Mato Grosso do Sul e o Estado do Paraná. Essa rodovia está em desenvolvimento através de três lotes de construção. Foi iniciada em 98. Sofreu uma paralisação. Um dos lotes foi reiniciado em setembro de 99 e foi recentemente concluído já. Então, nós temos lá, dos 75 quilômetros, 33 já pavimentados, totalmente pavimentados e concluídos. Aqui se mostra uma foto da estrada já pronta e com a pintura do eixo. Depois, ela já sofreu a pintura dos bordos também. A região é... Essa rodovia tem um aspecto interessante, que ela é praticamente uma reta em planta. São 75 quilômetros de extensão, praticamente. Outra foto. Aqui nós temos outro quadro que mostra a Curitiba—Araucária, uma obra que foi desenvolvida nos últimos quatro, cinco anos, e nós, recentemente, cerca de dois meses atrás, concluímos finalmente a duplicação dos últimos 2,6 quilômetros na travessia urbana de Araucária. Então, é uma obra muito importante, que foi recentemente concluída. Aqui nós mostramos o quadro de Santa Teresinha, Foz do Iguaçu. É uma duplicação da BR-277, que foi executada já há mais anos. Também é uma duplicação muito importante na chegada de Foz do Iguaçu, onde se verificava, anteriormente à execução dessa obra, freqüentes congestionamentos na chegada da Ponte Brasil—Paraguai. Aqui nós temos um trecho de restauração da BR-153, entre União da Vitória e a divisa com Santa Catarina. São... Desculpem-me, ali o quadro está errado. São 74,9 quilômetros de extensão, dos quais nós temos a restauração de 22 quilômetros já completos. Ela está em desenvolvimento atualmente. Aqui nós mostramos um viaduto de Bairro Alto, na travessia urbana de



Curitiba da BR-116, que foi recentemente realizado pelo DNER. Era o ponto... Esse ponto da BR-116 era oficialmente determinado como o quinto ponto crítico mais importante do Brasil em termos de rodovias federais, em termos de números de acidentes. O próximo mostra a ponte de Adrianópolis, obra que nós realizamos na divisa do Paraná com São Paulo. É uma obra com 120 metros de extensão. Mas a importância dela é que essa região, essas duas cidades, Adrianópolis e Ribeira, ficaram dois anos sem ponte. A única que existia foi levada pelas enchentes. Ficaram... Todo o tráfego da rodovia ficou passando através de balsa no Rio Ribeira. Quase dois anos levaram-se para executar essa ponte. Aqui é uma ponte sobre o Rio Tibagi, uma ponte muito importante também. Era um dos principais pontos críticos do Paraná. Acho que foi concluído, não é? *(Pausa.)* Ah, concluiu. Então, nós concluímos aqui a exposição das principais obras que vêm sendo desenvolvidas em rodovias federais no Paraná nos últimos anos. Muito obrigado e estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Agradecendo a exposição, eu queria passar a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. João Alberto Santchuk, eu queria inicialmente agradecer ao senhor as informações que o senhor trouxe a esta Comissão. Sua presença aqui para nós é motivo de muita gratificação. Eu queria lhe parabenizar pelas informações que o senhor trouxe aqui, mas queria merecer do senhor a resposta sobre algumas indagações. O senhor tem conhecimento de obras, que porventura não tenham sido citadas pelo senhor aí, que na sua área de atuação não estejam concluídas, estejam inacabadas?



O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Sr. Relator, eu diria que no Paraná nós não temos, digamos assim, em termos de Governo Federal e de DNER, obras que poderiam ser consideradas inacabadas por um aspecto importante, que foi, até eu me referi anteriormente de forma muito rápida, o Programa de Delegação e Concessão de Rodovias Federais. Como o senhor pode observar, de 3.400 quilômetros de rodovias federais que nós tínhamos sob a administração direta do Governo Federal, 1.700 quilômetros foram delegados ao Governo do Estado do Paraná. Então, evidentemente, naquela época, em 96 para 97, nós tínhamos diversas obras em desenvolvimento ou paralisadas, diversos casos, digamos assim, e que com o Programa de Delegação e Concessão de Rodovias, essas obras, ou essa responsabilidade, digamos assim, pela execução dessas obras passaram a ser dos planos de exploração de rodovias e das concessionárias que assumiram essas rodovias. Com isso, nós não temos, na realidade, nenhuma obra, digamos assim, que possa ser considerada uma obra inacabada. A única que eu citei até ali, a que nos podemos referir com mais demora, seria a BR-153, no Paraná, chamada Transbrasiliiana, que é uma (*ininteligível*) com 80 quilômetros de extensão. Já existe a rodovia em terra há muitos anos. Ela estava... está sendo pavimentada pelo Governo Federal. Dos 80 quilômetros, nós já realizamos a terraplanagem de 37 quilômetros, como nós vimos no **slide**, e já fizemos a pavimentação de 11 quilômetros. Essa obra está paralisada há quase dois anos, cerca de dois anos. Ela foi objeto, inclusive no ano de 2000 para 2001, de uma emenda regional, quer dizer, uma emenda provavelmente de mais importância até do que uma emenda de bancada, mas recebeu recursos, na aprovação do Orçamento Geral da União, de 4 milhões. É um valor bastante reduzido para uma obra desse porte, evidentemente. E



esses recursos até o momento não foram liberados, porque, como os senhores sabem, o Governo Federal liberou este ano recursos de restauração de rodovias, recursos de conservação de rodovias, e recursos para obras de implantação liberaram-se até agora só os valores que tinham sido encaminhados pelo Poder Executivo, o que eles chamam de PL, digamos assim. Então, no caso de algumas rodovias, por exemplo, no caso da Estrada da Ribeira, nós temos nos orçamentos aprovados 13 milhões; foram liberados este ano apenas 2 milhões. E esses 2 milhões foram liberados por esse motivo, quer dizer, o Governo Federal, Ministério dos Transportes, dentro do teto recebido e dentro da política estabelecida, liberou só os 2 milhões que haviam sido encaminhados quando do encaminhamento da proposta do Poder Executivo ao Congresso Nacional. Então, é o caso da rodovia BR-153. Ela recebeu recursos apenas de bancada, digamos assim, ou, no caso, de uma emenda regional, mas não houve liberação dos recursos até o momento. Então, eu destacaria essa obra como uma obra... é a única obra, digamos assim, que está paralisada. Todas as obras que nós vimos ali, contando o Corredor, evidentemente, sem dúvida nenhuma, mas o Contorno Sul, Estrada da Ribeira, Estrada da Boiadeira, todas essas rodovias estão em desenvolvimento, quer dizer, com pouco, ou mais, ou menos recursos, a mesma da restauração da BR-153, entre União da Vitória e a divisa com General Carneiro. Essas obras estão em desenvolvimento com recursos alocados. E a BR-153 é a única que está paralisada. Mas os contratos, digamos assim, das empresas construtoras — são dois lotes —, estão vigentes, sem problema algum, simplesmente paralisados. E os contratos de supervisão das empresas de consultoria — são dois contratos —, da mesma forma. Então, são contratos que estão simplesmente paralisados. A partir da alocação de



recursos orçamentários e financeiros, eles podem ser retomados imediatamente sem problema algum.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria merecer ainda uma informação: saber se é do conhecimento de V.Sa. que, independentemente da sua área de atuação, se o senhor conhece aqui, no Estado do Paraná, alguma obra que recebeu recursos da União e que não está concluída — independentemente do DNER.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK - Desculpe, Sr. Relator, mas independentemente de ser obra de rodovias? Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Alguma outra obra?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Ah, qualquer outra obra?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É, que tenha recebido, principalmente no curso desses recursos; se houve denúncias sobre a regularidade, a legalidade dessas obras.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Certo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O senhor tem conhecimento de uma obra, vamos supor, na Secretaria de Educação?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Ah, certo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Qualquer outra.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Desculpe, Sr. Relator, mas eu realmente não tenho conhecimento, porque, como todos podem, digamos assim... A administração pública é muito complexa, digamos assim, para a gente ter conhecimento de outras áreas. Então, eu tenho, acredito que tenho um bom conhecimento ou, digamos assim, sobre as rodovias federais, tudo o que aconteceu



nos últimos cinco anos, desde a delegação dessas rodovias para o Governo Federal. O Corredor São Paulo—Florianópolis, eu participo desde a elaboração, da atualização dos projetos, que aconteceu em 1995, e assim por diante. Mas fora da nossa área de rodovias federais, infelizmente, eu não teria elementos para colaborar com a Comissão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O senhor não sabe nada sobre esse prédio do fórum, que está aí há quase trinta anos?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Não, desculpe, Sr. Relator, mas realmente não sei detalhes maiores a respeito disso. Evidentemente...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – *(Ininteligível.)*

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK - Desculpe, mas como não é da minha área, então, eu sei simplesmente o que a gente vê na imprensa, nos jornais, e assim por diante.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Pois é, nesse sentido. O que o senhor ouviu sobre isso?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Não, esse prédio do fórum, o que eu ouvi, é que houve uma comissão do CREA, que muito recentemente fez uma avaliação, e, pelo que eu li — mas simplesmente são leituras, digamos assim, que eu fiz na imprensa —, o CREA tinha uma posição, digamos assim, de que alguns andares deveriam ser demolidos e outros técnicos achavam que o prédio deveria ser demolido integralmente. Então, pelo que nós vimos aí, existiam na área da engenharia duas linhas: uma defendia a demolição total do prédio e a outra defendia a demolição só dos, parece, dois ou três andares superiores, com aproveitamento do demais restante da estrutura. Mas isso, evidentemente, depende de uma



avaliação muito objetiva e muito complexa a respeito do assunto, evidentemente. Eu estou me referindo simplesmente ao que eu li na imprensa.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Em relação aos imóveis de propriedade da União, rurais ou urbanos, o senhor tem conhecimento de algum que esteja ocioso ou que esteja sendo usado indevidamente?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Bom, na nossa área, Sr. Relator, nós observamos que o DNER...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – De um modo geral, inclusive na sua área.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Pois não. Na nossa área, especificamente do DNER, o que eu tenho acompanhado é que a Diretoria-Geral do DNER e a Diretoria de Administração e Finanças têm buscado a solução para um problema, digamos assim, que já vem de praticamente dez anos, que o próprio DNER detém, digamos assim, a posse de muitos imóveis ao longo do Brasil, imóveis que... Porque o DNER, como os senhores sabem, é um órgão bastante antigo, com mais de cinquenta anos, que já teve 50 mil funcionários, aí junto com a Polícia Rodoviária Federal; atualmente é um órgão que tem apenas 3.300 funcionários no Brasil todo. Então, existem evidentemente muitos imóveis ao longo do Brasil cuja utilização não é a ideal ou a mais completa possível. Mas o que o DNER vem buscando nos últimos anos é que, pela legislação atual — pelo que eu conheço, pelo menos —, o DNER não tem atribuição e competência para vender esses imóveis. Existe uma proposta de um projeto de lei, que parece que já está no Congresso há alguns anos, que permitiria, pelo que tomei conhecimento, o projeto de lei preveria o seguinte: o DNER estaria autorizado, seria uma lei que autorizaria o



DNER a vender os seus imóveis, ou dispor de outra forma, de acordo com a lei, e faria já a relação de todos os imóveis do DNER. E, aí, isso seria vendido, ou cedido, assim por diante, ao longo do tempo, de acordo com a administração. Mas esse projeto de lei até hoje não foi aprovado. Depois, nos últimos dois anos, parece que se buscou inclusive a edição de uma medida provisória a respeito do assunto, mas que também não saiu, pelo que eu sei. Então, existem realmente muitos imóveis do DNER que estão com possibilidade de venda ou transferência para Estado ou Município, e assim por diante, ou outras entidades, mas que a legislação atual não permite, infelizmente. É evidente também, Sr. Relator, gostaria de lembrar, que com a modificação que nós estamos vivendo, de transformação e extinção do próprio órgão, do próprio nome DNER, a transformação, e a incorporação dos seus ativos no futuro órgão chamado DENIT, todos esses imóveis vão ser reavaliados, e essa transferência do patrimônio vai ser objeto de auditoria, digamos assim. Então, só os imóveis que realmente interessem, digamos assim, ao futuro órgão é que vão ser transferidos. Então, nós estamos vivendo justamente uma fase de que isso vai ser decidido de uma forma, digamos assim, definitiva. Só os imóveis realmente operacionais, que estão em operação vão ser transferidos para o DENIT, e para os outros vai ter que ser dada uma solução através da legislação, que inclusive está sendo editada. Nós temos conhecimento, temos acompanhado que decretos, minutas de decreto estão em elaboração para ser editados pelo Presidente, que vai regulamentar justamente essa transferência e a extensão do DNER, diversos outros órgãos da área do Ministério dos Transportes e a criação das duas agências, evidentemente.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. João Alberto, há recursos previstos no Orçamento de 2001 para a BR-116 na ordem de 27 milhões 350 mil reais. Eu queria falar também, vou adiantar, depois o senhor responde isso também de modo geral, para a gente agilizar o tempo... Há também um recurso para adequação do trecho rodoviário do Corredor MERCOSUL, que o senhor falou, da 116, de 26 milhões. Há outro recurso de 15 milhões 800 mil, no Corredor MERCOSUL, na 487. Há um recurso na 476, de Adrianópolis a Bocaiúva do Sul, de 13 milhões 800 mil. E há também a construção das interligações rodoviárias no Corredor MERCOSUL, no Município de Curitiba, leste e norte, no valor de 12 milhões. E há também um recurso de 17 milhões, que é para a implantação do metrô no Estado do Paraná. Eu gostaria de saber como anda esse processo, esse trabalho em relação... Eu queria saber do senhor, em relação a todas essas obras, se senhor tem conhecimento da existência de alguma irregularidade apontada, seja através de licitação, seja na execução dessas obras.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – O senhor está... o senhor se referiu a diversas obras. Quer dizer...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Qualquer uma.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK - O Corredor São Paulo—Florianópolis, a Estrada da Ribeira e a Estrada da Boiadeira?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – A que o senhor tiver conhecimento de irregularidade o senhor aponta. “Nessa tem”.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Pois não. Bom, com relação ao Corredor São Paulo—Florianópolis, como eu falei anteriormente, nós estamos com diversos ou grande maioria dos serviços já concluídos, tanto a duplicação da BR-116



como a restauração e o melhoramento da BR-376, e o Contorno Leste de Curitiba, que se encontra ainda em obras, digamos assim, para finalização a mais alguns oito meses provavelmente — oito, dez meses. Nenhuma obra dessas a que o senhor se referiu, digamos assim, teve problema, digamos assim, de irregularidade, pelo menos até o momento, que tenha sido detectada. Esses recursos, como eu me referi anteriormente... Por exemplo, na cidade de Ribeira, nós temos 13 milhões alocados, dos quais só 2 até o momento liberados. Evidentemente, nós precisaríamos da liberação de mais recursos para a continuidade e o ritmo pleno da obra, que vem andando em um ritmo muito bom, assim como a Boiadeira. O senhor se referiu a mais dois programas aqui, que é a Via Metropolitana de Curitiba, que no Orçamento realmente foi aprovada com 12 milhões de reais, mas dos quais, Sr. Deputado, na verdade, Sr. Relator, dos quais 9,5 milhões já estão numa proposta de projeto de lei para ser cancelados e transferidos para outros programas, uma vez que a Via Metropolitana, devido à não-conclusão ainda do Relatório de Impacto Ambiental, dos estudos de impacto ambiental e do RIMA, para ser aprovados, então, o projeto de engenharia, que vinha sendo desenvolvido para a próxima etapa, que seria licitação das obras, está paralisado. Então, nós tomamos a iniciativa de paralisar o projeto de engenharia, que estava na fase de anteprojeto ainda, já com as definições das alternativas de traçado, e estamos agora na fase de elaboração do Relatório de Impacto Ambiental. Assim que o Instituto Ambiental do Paraná aprovar esse relatório de impacto, é que nós retomaremos então a conclusão do projeto, já atendendo às recomendações do Instituto Ambiental do Paraná, e, daí sim, a futura licitação da obra. Então, vendo todo esse quatro é que nós, de comum acordo com a diretoria do DNER e a unidade de gerência do projeto do Corredor São Paulo—Florianópolis,



que é uma unidade que existe em Brasília, junto à diretoria-geral, concordamos com a proposta de cancelamento desses recursos e o remanejamento para outras obras. Mas são recursos de contrapartida da Fonte 2.100. Então, com isso nós podemos aplicar só em obras ou do programa BIRD/BID de restauração, ou no próprio corredor, ou no programa da Fernão Dias, por exemplo. E o metrô, Sr. Relator, então, o senhor mais uma vez me desculpe, mas também foge da minha área de atuação; então, eu praticamente sei de notícias que eu vejo, ou na imprensa, ou no Ministério dos Transportes, quando eu acompanho alguma informação, alguma audiência, e assim por diante. Mas são... O metrô de Curitiba, por exemplo, é um programa a ser desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Curitiba em convênio com Ministério dos Transportes, sem a participação do DNER, pelo menos a princípio.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu tive o privilégio de dar uma volta com o senhor, fazer uma visita aqui ao Corredor, e fiquei, sinceramente, até muito bem impressionado com a qualidade da obra que está... Mesmo porque levando em consideração que eu acho que eu não tive a mesma impressão em relação à obra que eu visitei ontem. Fale-me um pouquinho sobre a qualidade das obras que foram executadas aqui com recursos federais.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – É, o senhor deve estar se referindo ao Corredor e ao Contorno Leste, principalmente. Bom, até alguém me perguntou, durante a visita, sobre a existência de laboratório direto pelas construtoras. Porque o DNER, nesse programa rodoviário do Corredor São Paulo—Florianópolis, inovou, digamos assim, em relação ao que vinha sendo feito anteriormente, mas com a participação, evidentemente, e a decisão do Banco Interamericano. Eu quero dizer que o DNER sempre realizou as obras através de contratos com as empreiteiras, ou



construtoras, e sempre teve em todas as obras a parceria com empresas de consultoria contratadas — contratadas através de contrato — para fazer a supervisão e o acompanhamento das obras no que diz respeito a avanço físico, financeiro, e assim por diante. No caso do Corredor, além do serviço de consultoria, temos o serviço de mais uma gerenciadora, que foi chamada, que é uma empresa de consultoria contratada, inclusive uma empresa, uma razão social, digamos assim, diferente das outras consultoras — isso fazia parte do edital — e que ajuda a coordenar todos esses trabalhos, de todas as empreiteiras e de todas as consultorias, para fim de relatórios e acompanhamentos. No que diz respeito à qualidade da obra, eu, particularmente, eu tenho no meu currículo, inclusive três anos. Por três anos eu fui chefe de um laboratório rodoviário, mais no início da minha carreira, e depois, por cinco anos, eu fui chefe do setor... no Serviço de Planejamento, quer dizer, de projeto do DNER. Então, eu acredito que eu tenho uma boa experiência na área de controle tecnológico e também na área de projeto. E no que diz respeito ao corredor, nós tomamos sempre muito cuidado e muita atenção. Eu sempre fui uma pessoa que me preocupei muito com esse aspecto. E desde o início da obra eu, em momento algum, concordei, por exemplo, como me perguntaram, que o laboratório fosse só da empresa construtora. Eu sempre bati nessa tese que o DNER tem que manter também o laboratório da consultoria. É um custo adicional, digamos assim, que a gente tem, mas que eu acredito que o resultado é muito importante, porque a consultoria, no aspecto prático, no dia-a-dia, a gente vê que a consultoria trabalha de uma forma muito mais independente se ela tivesse suas instalações, como tem, mas também um laboratório independente. Então, eu sempre insisti nisso, e aqui no corredor foi feito dessa forma. Então, nós



temos o laboratório da construtora e temos o laboratório da consultoria de forma independente. E eu acredito que o resultado do corredor, sem dúvida nenhuma, nós não temos tido nenhum problema detectado até o momento, e eu acredito que a qualidade da obra tenha sido, está sendo muito satisfatória. E tem alguns aspectos, Sr. Relator, alguns aspectos técnicos que eu, principalmente no que a diz respeito a *(ininteligível)* do Paraná, nós incluímos nos projetos, por exemplo, nós colocamos nas especificações particulares do projeto quais são alguns teores mínimos que nós exigimos. Por exemplo, um teor de areia de 15% para execução do concreto asfáltico, um teor de filler de 2%, um teor de material bituminoso entre 5,2, 5,5, desculpe, e seis, e assim por diante. Então, definimos nas especificações do projeto um balizamento bastante estreito que pela experiência nós sabemos que atende bastante bem à qualidade. Então, todos esses projetos do corredor, de todas as obras do Paraná, mas do corredor, principalmente, nós temos as especificações do projeto que determinam algumas margens, digamos assim, de qualidade muito estreita, digamos assim, para serem trabalhadas. E no que diz ao material asfáltico, eu me preocupei. Inclusive no início das obras do corredor chegamos a fazer reuniões com o superintendente da PETROBRAS no Paraná, porque na época se tinha alguma dúvida até com a possível qualidade do asfalto que existia na região, tendo em vista o vulto da obra, para que não acontecesse algum incidente, e assim por diante. Então, eu acredito que a qualidade do Corredor São Paulo/Florianópolis nós não temos problema algum.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria merecer do senhor ainda... Eu gostaria que o senhor falasse um pouco também sobre esse processo que envolveu a desapropriação. Se a desapropriação efetuada ficou num preço razoável,



num preço dentro de mercado, ou se foi um preço maior do que o previsto, maior do que o mercado. Eu queria que o senhor me falasse inclusive no remanejamento e a dificuldade que o senhor ainda tem para remanejar o resto de famílias que o senhor falou.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK - Bom, no que diz respeito ao que nós chamamos de processo de remanejamento ou reassentamento das famílias, como eu me referi anteriormente, nós tivemos, ao longo desse programa, o remanejamento de 400 famílias que moravam em três áreas de ocupação irregulares e que sofreram uma tenção muito especial em função do próprio programa ambiental, digamos assim, no que diz respeito ao aspecto humano e social, e também devido aos programas do BID. Então, nós tivemos um trabalho muito importante, muito intenso no sentido de que essas famílias, que são 400 famílias, além de serem simplesmente remanejadas dos locais que ocupavam no traçado da rodovia, elas tivessem um ganho social importante. Quer dizer, elas deixaram de morar em habitações à margem de rio, e assim por diante, e passaram a morar num bairro totalmente urbanizado com rua, galeria pluvial, energia, esgoto, e assim por diante, e com terrenos regulares. Vão passar a ter a documentação do terreno, que não detinham anteriormente. Então, esse programa é muito importante, do ponto de vista dentro do programa social, digamos assim, do corredor. O Banco Interamericano deu uma importância muito grande pra isso, insistiu muito em relação a isso. Tanto assim que técnicos e sociólogos percorreram o trecho e coordenaram esse trabalho. E o resultado eu acredito que tenha sido muito bom, porque a própria socióloga do BID chegou a nos relatar que ela considerava que foi o reassentamento mais importante, ou de melhor resultado que o BID já financiou, ou já tinha



financiado no Brasil até o momento. E em termos de COHAB, o Presidente da COHAB, que é a Companhia de Habitação de Curitiba, que coordenou esse trabalho mais de perto, também nos disse que foi o reassentamento mais bem realizado, digamos assim, que a COHAB já fez na sua história. E aí por dois motivos: um, evidentemente, porque nós tínhamos recursos, que nós conseguimos alocar no prazo certo, na data específica, e assim por diante, de maneira que a COHAB, a Prefeitura de Curitiba e o DNER puderam trabalhar, digamos assim, com segurança em relação ao seu objetivo. E o outro motivo é que nas nossas equipes nós tínhamos sociólogos contratados dentro da empresa de gerenciamento específica para isso. Então, nós tínhamos uma socióloga que trabalhou só nisso, só nesse programa de reassentamento. Com relação ao programa... Ah, desculpe, e nós investimentos aí cerca de 4 milhões e meio nesse programa de reassentamento para essas 400 famílias. Com relação ao programa de desapropriação, eu acredito que tenha sido bem realizado, porque nós tivemos um trabalho bastante bem coordenado com o apoio de uma empresa de consultoria específica para esse fim, que fez todos os levantamentos em termos técnicos e de pesquisa, e assim por diante. Todo esse trabalho teve um acabamento muito bom como a própria diretoria, a própria Procuradoria-Geral do DNER em Brasília nos relatou que poucos, ou talvez tenha sido o melhor trabalho em termos de apresentação técnica, com desenhos de computador, e assim por diante. E todo esse programa foi objeto, evidentemente, de aprovação por parte da Procuradoria-Geral do DNER, porque para toda a parte de desapropriação foi feito um levantamento em Curitiba, toda a parte técnica, digamos assim, e tudo sempre foi submetido à apreciação do que nós chamamos de Grupo de Perícia e Avaliações do DNER em Brasília e do Procurador-Geral. Quer dizer,



nós trabalhamos dentro de um limite previamente aprovado pelo Procurador-Geral do DNER. Nós fizemos as pesquisas aqui no Paraná, fizemos todo o detalhamento, o desenho, e assim por diante, e esses processos foram encaminhados a Brasília, para uma pré-avaliação desse Grupo de Perícia e Avaliações, e depois à aprovação do Procurador-Geral. Então, todas as desapropriações, no caso do Corredor São Paulo/Florianópolis, nós nos limitamos, aqui no Paraná, a trabalhar dentro dessa faixa de máximo e mínimo que foi aprovada previamente pela Procuradoria do DNER em Brasília.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. João, ainda tenho mais um pedido para lhe fazer. Me fale um pouquinho sobre o conceito das empresas que prestam serviço, inclusive de fiscalização, quanto ao histórico delas, ao conceito sobre se se trata de experiência ou se é empresa séria. Se o senhor tem notícia sobre se algumas delas têm alguma denúncia na própria Procuradoria-Geral do Estado ou da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu só queria pedir ao nobre convidado que fizesse a gentileza de resumir, condensar um pouco as respostas, só porque tem outros que gostariam de fazer pergunta. Por gentileza!

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Está certo, vou procurar ser o mais objetivo possível. Desculpe, Sr. Relator, mas o senhor se referiu a empresas construtoras ou empresa de consultoria ou de modo geral?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - De modo geral.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – De modo geral.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – De modo geral.



O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Bom, eu sinceramente não tenho conhecimento de problemas que nós tenhamos tido no Estado do Paraná, nos últimos anos. Evidentemente nós temos grandes empresas construtoras, médias empresas construtoras, pequenas, assim como empresa de consultoria. Mas nas obras do Governo Federal, do DNER, como o senhor sabe, sempre nós trabalhamos através de licitações. Quer dizer, tudo tem sido feito, todas as contratações do DNER são feitas em Brasília, porque a maioria das obras de maior porte ou quase a totalidade das obras de maior porte, tipo concorrência, são realizadas em Brasília. E as obras de menor porte, do tipo tomada de preço ou carta convite são realizadas no Estado do Paraná ou em cada unidade regional. Mas, de qualquer maneira, as empresas são cadastradas no DNER em Brasília e todas as obras, qualquer tipo de serviço que seja, são objetos de concorrência. Quer dizer, de consultoria se trabalha sempre com as licitações do tipo técnica e preço. Então, as empresas sempre são conhecidas ou apresentam uma proposta bastante boa para serem contratadas. E no caso de empresas construtoras sempre o critério é o de menor preço, mas são empresas que passam evidentemente pelo critério de habilitação, quer dizer, em termos de capacidade técnica, operacional e legal, e assim por diante. Então, realmente nós não temos tido nenhum problema mais sério com empresas construtoras nem empresa de consultoria no Paraná, pelo menos que eu me lembre.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O senhor não tem conhecimento de nenhuma irregularidade nesse sentido, nenhuma denúncia nesse sentido contra nenhuma empresa ou empresário?



O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Não, sinceramente não, sinceramente eu não estou me lembrando de nenhum problema com relação a empresas construtoras ou a empresas de consultoria.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Ótimo. A 476 ela recebeu um recurso... foi previsto 11 bilhões, em 2000, e foi liberado 6 milhões e meio para a 476. E para 2001, foram 3 milhões e 800. Ainda não foi liquidado nada. Essa obra está parada?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Desculpe, o senhor está falando da estrada...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Da 476, Adrianópolis/Curitiba.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Curitiba. Bom essa rodovia, a BR-476 Adrianópolis/Curitiba, nós chamamos de Estrada da Ribeira. Ela realmente já recebeu — já executados; nós vimos no quadro anteriormente: já foram executados lá 6 milhões e meio de reais. Esse ano nós temos alocados no Orçamento da União 13 milhões, dos quais 2 milhões foram liberados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Treze e oitocentos.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Isso, dos quais apenas dois foram liberados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Autorizado em outubro.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Certo. Desculpe, mas o senhor perguntou...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Se ela está parada ou se está ...

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Não, não, a obra está em andamento. Nós estamos com uma grande extensão já de terraplanagem concluída e temos já



12 quilômetros de pavimentação concluídos. São os serviços que estão em pleno desenvolvimento e em bom ritmo. Se bem que agora, nesses últimos meses, nós tivemos já que diminuir o ritmo, porque os recursos se esgotaram. Então, nós estamos realmente na expectativa. Evidentemente eu vou com bastante freqüência a Brasília, ao Ministério dos Transportes e ao DNER. E a previsão do Ministério dos Transportes era de que houvesse uma liberação de recursos até o mês de julho. Inclusive os assessores do Ministro nos garantiram que nós não passaríamos o mês de julho sem haver uma liberação pela área econômica do Governo, coisa que não aconteceu até o momento. Então, realmente nós estamos vivendo agora uma fase de expectativa, porque os recursos se esgotaram e nós estamos justamente numa fase em que, ou os recursos são liberados ou nós, infelizmente, teríamos que paralisar a obra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. João, o senhor tem... o senhor falou sobre dois pedágios que vão ficar aqui no Estado do Paraná, mas o senhor falou muito rápido. Me diga como é que vão funcionar esses dois pedágios aí?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – O senhor diz na parte prática?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Prática, custos, se o senhor já tem mais ou menos uma estimativa. Dentro da sua experiência, como é que vai ser isso?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Pois não. Os editais de concessão das rodovias ...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Diferencial para carga, pra automóvel?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Certo. Bom, os editais de concessão eles foram totalmente elaborados pela diretoria de concessões do DNER em



Brasília, mas evidentemente nós temos acompanhado, e principalmente nós, das regionais, temos acompanhado com muito detalhe a parte técnica no que diz respeito ao plano de exploração da rodovia. Nós nos preocupamos sempre muito com quais serviços vão ser realizados, em qual período que vai ser realizado. Por exemplo, o contorno norte de Curitiba é um trecho de dois quilômetros que está previsto na concessão, e assim por diante. Então, nós preocupamos muito com quais os serviços, quais as obras que estão previstas, quais os investimentos que estão previstos e quando que serão realizados no plano de exploração da rodovia. No que diz respeito à habilitação e critério de seleção dos consórcios das empresas, várias alternativas já foram analisadas, pelo que eu tenho acompanhado. O próprio processo já foi objeto da análise por parte do Conselho Nacional de Desestatização. E optou-se, uma determinada época, pelo critério de maior outorga, de maior oferta, depois voltou-se ao critério de menor tarifa. E resumindo e concluindo, então, eu diria que para os editais de licitação de todo o Corredor São Paulo/Florianópolis, da Fernão Dias — que são três lotes: dois no corredor e um na Fernão Dias, e mais quatro rodovias em pista simples, que estão em fase de licitação atualmente suspensas — o critério de seleção é o de menor tarifa. O que se prevê então? O Governo Federal, o DNER determina, o Ministério dos Transportes determina quais são os investimentos que deverão ser realizados pelas futuras concessionárias, quando ...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Será só da conservação ou ainda vai ter que investir mais alguma coisa?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Não, haverão grandes e novos investimentos previstos no corredor, que eu tenho conhecimento mais de perto. Por



exemplo, eu me referi a um trecho do contorno norte de Curitiba, com 12 quilômetros, que permite o acesso a Curitiba; tem o trecho da própria BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Leste, que fica a 17 quilômetros do Trevo da *(ininteligível)* até Curitiba. Ele não faz parte atualmente das obras de restauração e melhoramentos, mas vai ser objeto de muitos investimentos. Esses investimentos, Sr. Relator, para o senhor ter uma idéia, parece que eles estão girando no corredor inteiro, entre São Paulo e Florianópolis, em torno de 400 milhões de reais, que deverão ser realizados pelas empresas concessionárias nos primeiros quatro anos. Isso é muito importante, porque numa concessão, como os senhores entendem, é muito importante o que vai ser realizado e quanto vai ser investido, mas principalmente quando, porque o fato de você investir, de a concessionária ser obrigada a investir nos primeiros quatro anos, gera um ônus para o programa, para o contrato muito mais importante do que realizar um investimento daqui a 10 ou 15 anos, evidentemente. Então, todos esses investimentos do corredor estão previstos para serem realizados nos primeiros quatro anos. E outro critério de concessão que já está definido, tanto assim que editais chegaram a ser lançados, vai ser o critério de menor tarifa. E o Governo Federal, o DNER, o Ministério dos Transportes, após as duas últimas greves de caminhoneiros que aconteceram no Brasil... Isso gerou uma reflexão sobre o assunto, evidentemente. Essa tarifa de pedágio, que no primeiro estudo, se a atualizássemos para hoje geraria em torno de quatro reais, quatro reais e vinte, ela foi agora... até a quatro reais e cinqüenta, ela foi atualmente definida pelo Governo Federal para um teto de três reais. Então, o próprio Governo Federal reduziu os investimentos previstos, muitos melhoramentos foram retirados do programa de exploração, visando-se baixar a tarifa do pedágio. A concessionária



ou as concessionárias que venceram a licitação vão ser as concessionárias que ofertarem a menor tarifa do pedágio, mas dentro de um teto máximo de três reais para automóveis. Evidentemente que para caminhões pesados existem tabelas. É um padrão mundial, praticamente. Conforme o número de eixos do veículo pesado, do caminhão, ele é um multiplicador de automóveis. Então, tem caminhões que pagam três, quatro ou cinco vezes a tarifa de um automóvel. Então, nós teremos tarifa aí, no caso do corredor, para no máximo de seis vezes. O automóvel seria 18 reais. Mas a grande maioria dos caminhões pesados, essas carretas que nós conhecemos, que são cinco eixos, pagariam no máximo 15 reais por praça de pedágio.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. João. Nós visitamos a 116 hoje. Na sua experiência, quando que o senhor acha que ela estará concluída?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria solicitar mais uma vez ao nosso convidado que fosse mais sucinto na resposta, porque tem outros colegas que querem também fazer perguntas. Por gentileza!

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Pois não. A previsão, Deputado, Sr. Relator, é que nós tenhamos a conclusão dessas obras, dessa etapa que nós estamos realizando, porque as demais rodovias BR-376 e duplicação da 116 já foram concluídas. Nós estamos trabalhando agora nessa reta final com a conclusão do Contorno Leste de Curitiba, cujo cronograma oficial agora nosso é para fevereiro do ano que vem. Nós vamos trabalhar evidentemente buscando antecipar esse cronograma pra dezembro desse ano, conforme orientação do próprio Ministério dos Transportes. E nós teremos ainda, Sr. Relator, então, como eu me referi anteriormente, contratos de sinalização definitiva do corredor que deverão iniciar



agora no próximo mês, cujo trabalho será desenvolvido nos próximos meses, mas que também a consecução, o final do seu objeto deverá acontecer até o final deste ano ou até fevereiro do ano que vem, na pior das hipóteses. Então, realmente, de modo definitivo, Sr. Relator, todo o Corredor São Paulo/Florianópolis, no Estado do Paraná, será concluído com medidas de compensação, de recuperação ambiental, medida de segurança com barreiras de concreto e assim por diante, porque tem diversos trechos a serem realizados, e principalmente a sinalização definitiva do corredor, em todos os trechos, até fevereiro do ano que vem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. João, quero agradecer, mais uma vez, a sua participação aqui e a sua resposta à nossa indagação. Eu queria fazer um registro que nesta Comissão nós não temos nenhuma denúncia, nem fato que possa desabonar a sua pessoa nem em relação ao DNER. Muito pelo contrário, em relação ao senhor nós temos excelentes informações, que é um funcionário da Casa, competente, que está conduzindo com competência o serviço do DNER aqui em Curitiba.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Antes de passar a palavra ao nobre Deputado, eu queria registrar aqui a presença do Deputado Edson Luiz Strapasson, Deputado Estadual aqui deste Estado e da Comissão de Obras aqui da Assembléia. Também quero registrar aqui a presença de Ivânia, paraibana, lá da minha terra. Quero passar aqui a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. João, eu gostaria que o senhor explicasse para nós... Eu sei que o DNER atendeu a um interesse de um



projeto do Governo, mas sempre há a denúncia da imprensa do Paraná, mostrando essa obra e mostrando que é uma obra que não tem sentido de lado nenhum. É o viaduto do Complexo da Renault do trecho do Lote 5 de São José dos Pinhais. Eu sei que o senhor já previu, a pedido do Governo do Estado, uma rodovia de acesso a esse local, e o DNER cumpriu, e não cabe mais ao DNER responder. Mas eu gostaria que o senhor respondesse sobre isso, sobre o viaduto do Complexo da Renault.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Pois, não. Com relação a esse viaduto, o que eu posso registrar aqui e, digamos assim, informar é que esse viaduto estava previsto no projeto original do Contorno Leste a ser realizado na Estrada da Roseira, quer dizer, é uma estrada municipal não pavimentada que cruza o Contorno Leste. Então, esse viaduto simplesmente ligaria essa rodovia estadual para não interceptar o sistema viário local. Com o advento da vinda da Renault, foi, através do Governo do Estado do Paraná, elaborado um projeto de sistema viário do Município de São José dos Pinhais, cujo... da cidade de São José dos Pinhais, desculpe, na qual a Renault se inseriu. E o Governo do Estado do Paraná então desenvolveu um projeto, através de uma empresa de consultoria, para fazer, para elaborar o projeto do sistema viário dessa cidade de São José dos Pinhais. Nessa definição, o DNER participou, através de um representante, de um engenheiro representante da área de projetos, e eles definiram um determinado ponto de acesso para a Renault no Contorno Leste de Curitiba para as demais indústrias. E foi solicitado então que o DNER simplesmente modificasse o local desse viaduto — em vez de ficar na Estaca 1.100, passou para a Estaca 980, uma coisa assim, próximo. São cerca de 300 metros, uma coisa assim, que foi descolado o viaduto. Mas ele estava previsto no



projeto, estava previsto no contrato, foi executado, está pronto. Simplesmente foi mudado do local, para ficar exatamente no traçado de acesso à Renault, conforme desenvolvido pelo Estado do Paraná, após esse entendimento. E o Governo do Estado do Paraná, através da COMEC, que é a Coordenação da Região Metropolitana em Curitiba, assumiu o compromisso de realizar as obras de terraplanagem e pavimentação de acesso, que não estavam previstas no nosso contrato, porque o contrato previa a integração de uma rodovia já existente. Esse viaduto foi realizado, mas, infelizmente, o Governo, a obra de arte, o viaduto, a parte de concreto foi realizada por nós, pelo contrato do Contorno Leste, mas o acesso ainda não foi realizado pelo Governo do Estado do Paraná, através do COMEC. E nós tivemos uma reunião recente, inclusive com diretores da Renault, também preocupados com a demora, uma vez que o Contorno Leste está em fase final, digamos assim, de conclusão, e o acesso não está executado ainda. Então, pelo nosso conhecimento, e concluindo, Sr. Deputado, o Governo do Estado do Paraná está definindo com a Renault quem vai executar esse acesso, mas, realmente, não é nosso objeto, e não vai ser o Governo Federal que vai executar esse acesso, conforme entendimento que foi mantido.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. João, a resposta é simples: então, não é o Governo Federal, não é o DNER, é, sim, a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – É, exatamente. De modo mais claro. Talvez eu não tenha sido claro, mas a responsabilidade pelos acessos desse viaduto é do Governo do Estado do Paraná, através de documentos. Nós temos, inclusive, atas de reuniões e assim por diante. O Governo do Estado do Paraná



deve realizar, conforme compromisso, a execução da terraplanagem e pavimentação. O viaduto está pronto, que o Governo Federal realizou, mas faltam os acessos que o Governo do Paraná deve realizar ainda, ou a própria Renault — isso depende do entendimento com o Governo do Estado do Paraná.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria que o senhor explicasse para mim sobre a ponte do Rio Capivari, a Represa do Rio Capivari. Ela está pronta já, ou estão paradas as obras?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Não, a ponte da Represa Capivari, dentro do programa do Corredor São Paulo/Florianópolis, foi objeto de uma recuperação, ampliação, quer dizer, foi alargada, e aumento de capacidade. Então, ela foi reforçada de maneira que a carga, anteriormente de 36 toneladas máxima, passou para 45, dentro do padrão de todo o corredor. Essa ponte já foi concluída, ela está operando normalmente, totalmente recuperada, sem problema algum. É a ponte dos fundos, que nós vimos na foto. Ela já está pronta, foi liberada ao tráfego já faz oito meses, acredito.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A Rodovia 487, a Boiadeira, que é mais conhecida como a nossa Transamazônica, que liga Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, essa rodovia está parada, faltando recurso, ou está em obra?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – A Rodovia Boiadeira, a BR-487, ela está dividida, entre Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste, em três lotes. São 75 quilômetros de extensão. O primeiro lote, com 33 quilômetros, eu falei muito rapidamente antes, já está concluído, está pronto, só está sendo feito algum acabamento, e, no Orçamento da União do DNER deste ano, de 2001, nós temos alocados neste trecho, até Porto Camargo, inclusive, 15 milhões, cerca de 15



milhões de reais, dos quais apenas 2 foram liberados. Então nós vivemos atualmente justamente essa fase crítica que nós vivemos também na Ribeira, cujos recursos foram praticamente esgotados. Um dos lotes aí no caso foi concluído, está totalmente pronto, pavimentado, e aguardamos então essa liberação da área econômica do Governo e dos Ministérios dos Transportes para a continuação dos trabalhos. Ela não está paralisada porque nós temos ainda algum recurso alocado, já empenhado, ainda não utilizado, mas estamos muito próximos, digamos assim, também dessa decisão: ou de paralisar a obra ou da liberação dos recursos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas de três lotes, só tem um trabalhando?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Só o primeiro trabalhando, porque, no caso, após um certo tempo, nós achamos que evidentemente é mais razoável concluir por lotes, digamos assim. Então, concluir totalmente um lote, daí aloca o recurso para o segundo, para não diluir os recursos no trecho inteiro e depois não se ter nada concluído. Então a idéia foi realmente concluir o lote 1, que já foi concluído, e agora atacar o lote 2 para só depois então atacar o lote 3.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – As balanças ao longo das rodovias, elas estão operando aqui no Paraná ou estão abandonadas?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Não, as balanças no Paraná, como em quase a totalidade do Brasil, estão atualmente paralisadas. Nós tínhamos no Paraná dez balanças, dessas fixas, de grande porte. Sete delas foram transferidas para o Governo do Estado do Paraná através desse convênio da delegação e estão dentro desse programa de concessão de rodovias. As três balanças remanescentes são duas na BR-116 para o Sul do Brasil. Estão nesse programa de concessão de



rodovias, de rodovias em pistas simples, que está em fase de decisão. E nós temos então remanescente uma balança apenas, em Jacarezinho, na BR-153, para a qual nós, digamos assim, não temos um programa imediato de retomada da operação. Como os senhores sabem, o DNER paralisou quase a totalidade das balanças no Brasil por falta de recursos orçamentários e financeiros. Vivia-se, na verdade, um problema: O DNER operava a balança, gerava-se multas por excesso de carga. Mas, por falta de convênio, digamos assim... Não se tinha convênio entre o DNER e todos os DETRANs do Brasil. E como os caminhões, a maioria deles, trafegam em grandes distâncias, com grandes deslocamentos, na grande maioria das vezes, o caminhão sofria uma multa em outro Estado, por causa do problema de falta de convênio entre Governo Federal e DETRANs e uma bolsa, digamos assim, para multas, e o DNER acabava não recebendo essas multas. Então, o Governo Federal, o DNER, achou mais razoável paralisar as balanças porque o déficit é muito grande. O DNER passou a... Digamos assim, atualmente, o Ministério vive um problema: existe uma dívida junto às empresas que operavam as balanças. Então essas balanças estão realmente paralisadas, e apenas uma delas, então, no Paraná, é que depende, digamos assim, está fora do programa de concessão. Eu posso inclusive lhe informar, Sr. Deputado, que o DNER já licitou inclusive novas empresas para a operação dessas balanças. Existem contratos já assinados, novos contratos assinados no ano passado, em 2000, mas as ordens de início de serviço não foram emitidas por falta de garantia dos recursos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esses prédios da balança, ele estão abandonados ou tem gente vigiando?



O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Deputado, infelizmente, nós não podemos manter vigilância em todos esses postos, que são um ônus adicional, evidentemente. Então, o que se fez... Já faz alguns anos que elas estão, digamos assim... que pararam de operar. nós até pensamos em, através de contratos de vigilância, manter a vigilância, mas é um ônus adicional. Então, o que foi feito foi a retirada de todos os equipamentos, quer dizer, computadores, as placas das balanças, todos os elementos eletrônicos, todo o material, digamos assim, de maior valor, ele foi removido; as balanças, elas ficam arquivadas inclusive em galpões, em São Paulo, refrigerados, porque elas são materiais eletrônicos. E os demais computadores são utilizados pelo DNER, mas elas não têm vigilância permanente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Os prédios estão abandonados.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – É, exatamente, elas não têm vigilância permanente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Os dez prédios?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Não, desculpe, Deputado, mas eu me referi anteriormente que, das dez balanças, sete estão delegadas, estão dentro das concessões, e as outras três, que continuam sob a administração do Governo Federal, sim, estão nessa fase, sendo que duas delas, Deputado, estão nessa rodovia que deve ser concedida muito breve, nós acreditamos, e só uma delas então é que dependeria desse novo contrato e de recursos do Tesouro Nacional para a operação das balanças.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A BR-153 está passando por um processo de restauração?



O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Bom, nós temos, na verdade, dois contratos da restauração da BR-153, um de grande porte, que nós vimos no **slide**, na região sul do Estado, que liga União da Vitória até a divisa com Santa Catarina, de 75 quilômetros, dos quais 22 já estão restaurados, as obras estão em andamento. E temos um contrato de bem menor porte, de apenas 1,5 milhão, dos quais nós já realizamos cerca de 1 milhão e cem, da BR-153, entre Ourinhos e Ibaiti. Então, nesse trecho nós temos lá um contrato de recuperação, vamos dizer assim; não é nem de restauração, é um programa de recuperação. Mas nós estamos concluindo — já concluímos agora no último mês — o projeto final de engenharia para a restauração completa da rodovia, projeto elaborado através de empresa de consultoria; o projeto está em fase de aprovação. E existe inclusive, digamos assim, um entendimento do Ministério dos Transportes, do próprio Sr. Ministro Eliseu Padilha, que esteve visitando recentemente o trecho, de licitar as obras de restauração e melhoramentos desse trecho, através desse projeto, já agora no segundo semestre desse ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O Contorno de Curitiba tem muito problema de desapropriação. Inclusive, já recebemos aqui na Comissão um senhor trazendo documento pedindo para agilizar processos de desapropriação. Eu sei que é complicado, depende de Justiça, eu sei que, infelizmente, tem uns que não concordam com o valor, outros querem pôr mais gente no local, outros acham por bem... e tem aqueles também que precisam ser resolvidos. Eu gostaria de perguntar para o senhor: existem ainda muitos processos de desapropriação no contorno de Curitiba?



O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Bom, nós temos dois programas, o programa de desapropriação propriamente dito, e aquele programa de reassentamento. No programa de reassentamento, só resumindo o que eu já tinha falado, das 400 famílias restam apenas quatro famílias a serem remanejadas. Essas famílias têm... Como o senhor se referiu, Sr. Deputado, algumas delas entraram com interdito proibitório, um processo judicial. A Advocacia-Geral da União, que representa o DNER, está trabalhando nesse processo. Já houve, digamos assim, uma posição favorável ao DNER nesse sentido, mas, evidentemente, todos que trabalham nesse programa estão preocupados com o aspecto social e, através da AGU, que está coordenando esse trabalho, procura-se fazer uma transferência provisória dessas famílias para um terreno da Prefeitura de São José dos Pinhais para aí o juiz, então, a Justiça decidir o destino que deve ser dado. Mas, de qualquer maneira, são quatro famílias apenas e, pelas reuniões que nós temos tido com a AGU do Paraná, acreditamos que, em cerca de dois ou três meses, teremos totalmente resolvido isso. Com relação à desapropriação, realmente, são poucos casos isolados que ainda restam. Evidentemente, nós temos a preocupação do avanço das obras. Por exemplo, tem um terreno numa alça aqui e ali que pode atrapalhar, mas a nossa Chefe da Procuradoria do Paraná — inclusive deve estar retornando de Brasília amanhã; ficou desde terça-feira até hoje em Brasília — está realmente trabalhando firme nesse sentido de regularizar, digamos assim, de retomar esses processos. Mas são poucos ainda, pontuais, digamos assim, que ainda restam para a desapropriação do Contorno Leste.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. João, uma última pergunta. Tem muitas obras delegadas ao Governo do Estado?



O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – É, no Paraná, diferentemente de outros Estados, como houve essa grande delegação, digamos assim, em bloco do anel, chamado Anel de Integração, nós não temos mais nenhum convênio com o Governo do Paraná em andamento. Nós temos, isso sim, um protocolo de intenções assinado entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Paraná para — nós até vimos no **slide** —, execução de um programa de restauração e recuperação de rodovias. Então, são cinco lotes, cinco trechos que somam 300 quilômetros, que o Governo do Paraná vai realizar através de recursos do Banco Interamericano e Governo Federal, sem contrapartida do Governo do Estado. E vai executar então as obras de restauração e, a partir daí, vai fazer a manutenção dessas rodovias. Então, nós não temos convênios vigentes, mas teremos muito breve, pelos programas existentes.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu quero agradecer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Matos) – Deputado, o senhor gostaria de inquirir nosso Superintendente do DNER? Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Superintendente do DNER, João Santchuk, quero inicialmente fazer uma colocação ao nosso Relator, que talvez seja pertinente aos trabalhos desta Comissão. Com relação às obras do DNER, é claro que a falta de recursos tem sido o maior entrave para o bom andamento das obras. É claro que esse trabalho, o trabalho desta Comissão, vai subsidiar a Comissão de Orçamento para as obras do Brasil inteiro que serão prioridades para que os recursos que sejam alocados pela União, não só emanados do Congresso Nacional, mas também aqueles formulados no Orçamento da União sejam direcionados para essas obras de infra-estrutura importantes para o



País. Mas a verdade é que aqui no nosso Estado, no Estado do Paraná, grandes trechos de rodovias, que consiste no anel viário, que são rodovias federais, portanto, patrimônio da União, foram delegados ao Governo do Estado. E, diante da delegação, imediatamente o Governo do Paraná promoveu a privatização dessas rodovias, e foram implantados pedágios em todas as rodovias, pedágios polêmicos, com custos altíssimos, se vistos pelo ângulo dos preços que o DNER... e do zelo que o Governo Federal está tendo para poder colocar em funcionamento os pedágios, que foram até tirados de edital. Sendo rodovias federais, seria oportuno incluir nos nossos trabalhos as rodovias federais delegadas aos Estados, porque elas foram concessionadas para essas empresas, elas assumiram um compromisso de fazer benfeitorias, já se vão três anos que foram implantadas, vai para o quarto ano de implantação, e até o momento as ditas obras de melhoria não foram feitas. Tem certos trechos que chega a ser cômico, se não fosse trágico, para o setor produtivo do Estado, para o caminhoneiro, porque nesses trechos das rodovias você se depara com placas monstruosas dizendo “aqui começa a duplicação dessa rodovia”, aí você anda 500 metros e só falta ter a placa “aqui termina”, depois de 500 metros. Então, como há uma dificuldade muito grande no acesso a esses contratos aqui no Estado, há uma polêmica muito grande, eu gostaria de sugerir ao nosso Relator que a gente incluísse — depois vamos fazer os requerimentos —, que a gente possa convidar inicialmente essas concessionárias e a própria Secretaria dos Transportes do Estado para falar a respeito desses contratos e principalmente da não-execução da contrapartida das obras de melhoria. Eu mesmo, amanhã, me dirijo ao norte do Paraná para pegar a Rodovia do Café, onde nem acostamento tem. E sem contar que nós temos aqui, por incrível que possa parecer, 2 pedágios,



um a 30 quilômetros do outro. Quer dizer, é uma coisa absurda. Claro, terá que ser regulamentado lá em Brasília por nós, pelo Congresso Nacional, mas basta pegar a distância de São Paulo a Florianópolis, os pedágios que estão programados, para se ver que vai dar uma média em torno de 90 quilômetros um do outro. E, claro, vai se pegar uma rodovia duplicada. Eu acredito que os investimentos previstos para as futuras concessionárias desse trecho são bem inferiores ao custo de implantação da obra. Então, fica essa sugestão, antes de eu fazer as perguntas ao nosso Superintendente. As perguntas vão ser baseadas em cima disso, porque eu gostaria de saber do Dr. João Santchuk se o DNER tem algum acesso a esse programa de obras das rodovias concessionadas, ou se ficou para o DNER algum tipo de fiscalização, ou, enfim, se o DNER ficou totalmente fora dessa concessão dessas rodovias federais delegadas ao Estado do Paraná.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK - Bom, Sr. Deputado, com relação ao Programa de Delegação e Construção de Rodovias no Paraná, o Governo Federal assinou um convênio, através do Ministério dos Transportes, com o Governo do Estado do Paraná, com a interveniência do DNER e do DER, que evidentemente é a entidade que coordena esses trabalhos. Então, o DNER, no caso, é um interveniente do processo. Desde o início do processo de licitação — todos os trabalhos evidentemente foram feitos pelo Governo do Estado do Paraná —, nós recebemos, digamos assim, relatórios, periódicos que são elaborados pelo Governo do Estado do Paraná e Secretaria dos Transportes. Esse programa, digamos assim, como todo mundo conhece aqui no Paraná, sofreu uma série de problemas porque houve um reflexo muito importante, não sei se previsto ou imprevisto no programa, que afetou de uma maneira muito firme, digamos assim, os transportadores e o setor agrícola



principalmente. Então, o Estado do Paraná, por ter a característica especial de ter um volume muito grande de cargas sazonais agrícolas de baixo valor agregado, sofreu muito mais, digamos assim, do que outros Estados ou que outras rodovias. Por exemplo, uma rodovia no Paraná, como a BR-277, não é a mesma coisa evidentemente como a Rodovia Dutra que, além de ter um tráfego muito maior, evidentemente tem um tráfego permanente, constante, previsto e assim por diante. Então, o tráfego no Paraná, de modo geral, sofre uma sazonalidade muito grande. E isso, não sei, talvez não tenha sido previsto de forma bem prevista nos editais, e causou problemas, digamos assim, logo na implantação. Tanto assim que o Governo do Estado do Paraná suspendeu temporariamente, baixou a tarifa do pedágio e depois voltou a reajustar, em função inclusive de uma decisão judicial. Mas o Ministério dos Transportes e a Diretoria de Concessões e Operações do DNER concordaram, pelo que tenho conhecimento, com essas modificações, com essas alterações formalmente, não a Superintendência aqui do Paraná porque nós, basicamente, nos limitamos a receber esse relatórios que são encaminhados. Mas essas decisões, essas modificações e aprovações foram formalizadas junto ao Ministério dos Transportes e Diretoria de Concessões e Operações do DNER em Brasília.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Bem, eu quero finalizar dizendo do apreço que não só eu, mas a bancada federal do Paraná temos pelo trabalho do DNER, nossa Superintendência do Paraná. A gente fica feliz de ver, na medida que nós fizemos, a qualidade das obras, do zelo. E também ressaltar a importância do seu trabalho e da sua dedicação como funcionário de carreira do DNER, porque isso



é muito importante porque mostra que o DNER realmente tem um corpo técnico de qualidade.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Matos) – Nós gostaríamos de agradecer também a participação ao Dr. João Alberto, Chefe do Distrito do DNER do Paraná, e solicitar-lhe que responda ao questionário que lhe será entregue, bem como ratificar as colocações aqui feitas pelo Relator relativamente aos reais objetivos dessa vinda ao Paraná e com relação ao órgão por ele chefiado aqui no Paraná. Gostaríamos de, agradecendo a sua presença,...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Matos) – Deputado, por favor, pela ordem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria somente de fazer uma pergunta ao Dr. João, só para ele me esclarecer. A Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira já está sendo restaurada pelo Governo do Estado, há 3 anos. É uma obra delegada ainda ao Governo do Estado, no Contorno Sul?

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Bom, Sr. Deputado, a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, na prática, ela funciona como uma rua lateral do Contorno Sul de Curitiba. Nós temos o Contorno Sul de Curitiba, que é uma obra que, vimos anteriormente, está em duplicação, concluída já, e a restauração atualmente da pista antiga que está sendo executada pelo Governo Federal, pelo DNER. A Avenida JK é paralela ao Contorno, é uma responsabilidade, está sob a administração da Prefeitura Municipal de Curitiba.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Matos) – Eu queria agradecer ao nosso Dr. João Alberto e entregar para ele um questionário em que esta Comissão está levando algumas informações que, por acaso, não ficaram claras para nós, para que o senhor, num prazo de 15 dias, possa devolver e nós analisarmos mais em profundidade. Agradecemos a sua atenção, a sua participação aqui e seus esclarecimentos.

O SR. JOÃO ALBERTO SANTCHUK – Pois, não. Eu só tenho a agradecer a todos. Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros, senhoras e senhores, muito obrigado. (*Pausa.*) Se os senhores me permitem, eu estou fazendo a entrega ao Sr. Relator de um álbum de fotos que mostra o desenvolvimento das obras do Corredor São Paulo, Curitiba/Florianópolis, no Estado do Paraná. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, eu agradeço a remessa do Secretário e peço a V.Exa. que encaminhe à Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Matos) – Convido o Sr. Paulinho Dalmaz, engenheiro do DER. (*Pausa.*) Sr. Paulinho Dalmaz, V.Sa. tem 10 minutos para suas exposições iniciais.

O SR. PAULINHO DALMAZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, atendendo ao convite formulado por V.Exa., eu venho, na qualidade de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, procurar prestar os esclarecimentos que acharem necessários e me colocando à disposição para as perguntas que me forem formuladas. Com relação ao chamamento de obras, ao repasse de recursos do Governo Federal ao Estado do Paraná a obras que estejam paralisadas, eu quero dizer aos senhores... Inclusive em correspondência já emitida à Presidência desta Comissão, eu relatei que o Estado do Paraná, no presente momento, não tem obras



nas condições previstas no chamamento que nos foi feito. Há muito tempo que o Estado do Paraná não recebe repasses do Governo Federal. Então, eu, de pronto, me colocaria à disposição dos senhores para responder às perguntas que me forem formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Matos) – Agradecendo a vossa presença, nós passamos a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu agradeço, Dr. Paulinho, a sua presença aqui e a sua disponibilidade de ajudar a Comissão a colher informações que possam subsidiar os nossos trabalhos aqui no Estado do Paraná. Eu queria lhe perguntar: o senhor, na sua área, afirma que não tem obras, com recursos federais, sendo executadas em parceria ou com a participação do Governo do Estado. Eu lhe pergunto: o senhor tem conhecimento de alguma obra inacabada em algum outro setor, em alguma outra secretaria, ou em qualquer órgão aqui no Estado do Paraná?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Veja, eu já poderia responder da seguinte forma: como paranaense e como curitibano, se eu lhe respondesse agora que desconheço qualquer outra obra paralisada, eu estaria cometendo até um ato de injustiça porque defronte a esta Assembléia tem o prédio do fórum, que é uma obra inacabada. Agora, se o senhor me perguntar se eu sei alguma coisa, por que essa obra está paralisada, eu diria que não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O senhor tem conhecimento de algum imóvel de propriedade da União que possa estar sendo usado inadequadamente ou em desuso aqui no Estado do Paraná, seja urbano ou rural?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Olha, eu responderia ao senhor que não.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Como é que são tratadas as estradas delegadas? Como são administradas?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Veja, as estradas delegadas — o senhor se refere a estradas delegadas ao Estado do Paraná. Hoje, das estradas que estão delegadas ao Estado do Paraná nós temos que citar as obras que compõem o Anel de Integração, os 1.700 quilômetros do Governo Federal, que foram delegadas ao Estado do Paraná. O Estado do Paraná só tem obras delegadas hoje e concedidas à iniciativa privada.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Agradeço a presença ao senhor, uma vez mais, e eu queria lhe perguntar: o Governador, hoje pela manhã, fez uma referência muito grande a essa Estrada Boiadeira e a essa Estrada da Ribeira, como, vamos dizer assim, artérias do processo de irrigação da economia da região. O senhor tem alguma dificuldade em relação a essas estradas? Vê alguma dificuldade nessas estradas?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Não, eu não vejo como uma dificuldade. Eu vejo com satisfação que o Governo Federal está executando essas obras porque...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, mas no processo de paralisação existe alguma dificuldade que possa comprometer o andamento dela?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Não, veja que a Estrada de Adrianópolis era uma reivindicação antiga da região, uma segunda opção da ligação com São Paulo e, logicamente, a demora na sua pavimentação causou àquela região um prejuízo muito grande.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu agradeço a sua participação. Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. Paulinho, as obras delegadas não estão recebendo recursos do Governo Federal?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Não. No Paraná, no momento, não temos obras delegadas recebendo recursos do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas os recursos para o Estado estão vindo porque só este ano tem 167 milhões de reais no Orçamento da União para as obras implantadas no (*ininteligível*). A maioria, 70% desses recursos são rodovias, beneficiando automaticamente o Governo do Estado todo, não é isso?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Não. Veja, eu desconheço porque, eu, como dirigente de um órgão rodoviário estadual, não tenho nenhum convênio assinado com o Governo Federal que esteja sendo destinado...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Convênios, mas dinheiro do Governo Federal para implantação de obras estão vindo.

O SR. PAULINHO DALMAZ – Isso, veja só, talvez através do DNER a resposta que o João fez... Então, através de convênios com o Governo do Estado, não temos rodovias, neste momento, em execução no Estado do Paraná.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa eu fazer uma pergunta ao senhor: essas obras que foram delegadas, essas rodovias que foram delegadas ao Governo do Estado estão com os contratos em dia? Estão vencendo? Ou estão sendo renovados e estão cobrando pedágio? Estão sendo duplicadas? Estão sendo melhoradas? Como estão?



O SR. PAULINHO DALMAZ – Veja você, os convênios de delegação dessas rodovias eles são recentes, são de 4 ou 5 anos atrás, e a delegação é por 25 anos. Então, esses convênios de delegação estão vigentes, as concessionárias estão trabalhando nas rodovias.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E estão fazendo o investimento? A concessão saiu pelo Estado ou pela União?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Veja só, os contratos foram assinados pelo Estado e pela União. A delegação, a União assinou os contratos junto com...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Com a anuência.

O SR. PAULINHO DALMAZ – ... junto com o Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E estão fazendo investimentos?

O SR. PAULINHO DALMAZ – De acordo com o que estava previsto no PER, de acordo com o PER estipulado inicialmente no contrato, estão sendo feitos investimentos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Controlado por V.Sa. ?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Controlados pela Secretaria de Estado de Transportes, pelo Departamento de Estradas e Rodagem e, logicamente também, pela Diretoria de Concessões do DNER em Brasília.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ela continua como patrimônio da União? Só a concessão por 25 anos...

O SR. PAULINHO DALMAZ – ...por 25 anos. Após os 25 anos, ela retornará...



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Estado passou para terceiro.

O SR. PAULINHO DALMAZ – ...retornará, após 25 anos, ao patrimônio da União.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de pedir ao Presidente da Comissão e ao Dr. Paulinho que pudesse fornecer para nós todas as rodovias que foram delegadas ao Governo do Estado e que foram repassadas para terceiro para exploração, porque é importante para nós sabermos e saber o investimento que estão sendo feitos, porque elas continuam como patrimônio. Daqui a 25 anos, elas vão retornar para a União. Elas continuam como patrimônio nosso, e é importante nós sabermos isso, ver o investimento que está sendo feito e o que está sendo feito, como estão sendo cobrados os pedágios, se estão duplicando, se estão melhorando a sinalização, se não estão. Então, gostaria, Presidente, de requerer a V.Exa., se pudesse, junto com o Governo do Estado e junto com o nosso Secretário engenheiro do DER, conseguir toda uma orientação, toda documentação sobre essas rodovias. Não tenho mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata à vossa solicitação e vai dar provimento à mesma. Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Presidente, eu ia solicitar ao Dr. Paulinho, nosso Diretor do DER do Paraná, justamente a relação das rodovias delegadas, mas... Até na agora desliguei o microfone e disse ao Deputado que me foi roubada a pergunta. Mas me dou por satisfeito com a solicitação já formulada. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o

Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Paulo, Diretor do DER, eu fiz uma colocação anterior, aqui, que causa bastante preocupação a todos nós, justamente sobre o cronograma de obras das rodovias delegadas que fazem parte do Anel de Integração. Evidentemente, embora não tenham recursos federais, porque os recursos que vêm são para as rodovias que não foram delegadas, são aquelas rodovias que estão ainda sob a jurisdição do Governo Federal. Mas a implantação do pedágio tinha um cronograma de obras que foi alterado em função da redução também do valor cobrado do pedágio, logo após a sua implantação, e que sofreu um aumento — há pouco tempo foi objeto de uma briga judicial inclusive —, um aumento da ordem de 116%, voltando a patamares que efetivamente causam enorme prejuízo à nossa classe produtora, principalmente porque trafegam nessas rodovias produtos primários, ou seja, produtos de baixo valor agregado. E este cronograma, ele está atrasado, efetivamente está atrasado. Por exemplo, eu tive acesso — até porque travei uma dura batalha em 98, antes da implantação desse pedágio — aos contratos, à parte desses contratos, e lamentavelmente hoje, por exemplo, a Rodovia do Café, onde tem vários pedágios, sequer acostamento tem. E era obrigação da concessionária que toda a rodovia tivesse o acostamento. Então, eu gostaria que o senhor pudesse nos dar um perfil, já que se trata de rodovia federal delegada... Eu já solicitei ao nosso nobre Relator, Deputado Anivaldo Vale que a gente possa, então, convidar essas concessionárias, uma vez que isso faz parte de um contrato, quer dizer, a contrapartida é obrigação das concessionárias. E, evidentemente, nós vamos precisar de dados sobre o que já



foi arrecadado, o que foi aplicado, sobre qual a rentabilidade dessas rodovias, para que a gente possa esclarecer, uma vez que sempre que gera essa discussão, embora seja rodovia delegada, sempre vem aquela história “ah, mas é rodovia federal”, como de fato é. Então, gostaria que o senhor pudesse colocar isso para nós, atualmente, depois dessa bronca judicial em que saíram vencedoras as concessionárias, que conseguiram um aumento. Foi elaborado um novo cronograma. Em que pé está esse cronograma de desembolso, de investimento e de melhorias nas rodovias?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Veja. V.Exa. fala na retomada dos trabalhos após aquela recomposição da tarifa que houve. Quando nós trabalhamos com concessão, nós temos que trabalhar com o projeto como um todo. Como vou trabalhar com o projeto como um todo, o projeto, logicamente, é um programa de 24 anos e que tem as suas etapas a serem vencidas. Existe, logicamente, dentro desse programa, um Programa de Exploração da Rodovia, um PER, que apresenta os cronogramas das obras que devem ser executadas anualmente. Então, dentro do PER, dentro do que foi predeterminado no contrato, as obras estão avançando, estão avançando dentro do cronograma. Quando chegarmos agora no final do ano, nós teremos uma nova avaliação do ano para saber como é que foram, qual foi o comportamento, vamos dizer, na execução das obras. Nós temos feito um acompanhamento e a previsão é que nós cheguemos nesse final de ano com o resultado dos cronogramas previstos no PER sendo cumpridos pelas concessionárias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Então, o senhor pode afirmar que esse cronograma está rigorosamente em dia?



O SR. PAULINHO DALMAZ – Aquele cronograma predeterminado, o cronograma de contrato está sendo atendido pelas concessionárias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Com relação à Rodovia do Café o senhor tem essa mesma posição?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Veja, a Rodovia do Café, a falsa impressão que dá é que não se está concluindo, não se está fazendo a duplicação, porque nós teremos, ao final do ano que vem, um número xis de quilômetros concluídos. Tivemos 4 quilômetros no primeiro, 12 no segundo e no terceiro, ano que vem, a maior fatia da duplicação. Então, quando, vamos dizer, fechado esse primeiro... Porque os cronogramas são feitos anuais e para o triênio também. Fechado isso aí, a rodovia terá os quilômetros, determinados inicialmente, concluídos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Não constava do contrato da Rodovia do Café, antes do início da cobrança do pedágio, que fosse feito o recapeamento, a recuperação da rodovia e também a implantação, nos pontos críticos, principalmente na Serra do Cadeado, de pelo menos o acostamento?

O SR. PAULINHO DALMAZ – Não, veja, aqui nós temos o contrato. Ele é dividido em etapas. Etapas de manutenção, etapas de restauração e etapas de aumento de capacidade. A etapa de manutenção, vamos dizer, é a manutenção da rodovia como um todo, e a etapa de restauração... Porque também existem xis quilômetros determinados anualmente para que se faça. Então, a restauração haverá de avançar agora, começa a avançar com mais velocidade, para que nós tenhamos aqueles quilômetros restaurados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – Mas eu volto a uma posição. Vamos enfocar a Rodovia do Café. A Rodovia do Café, para que, Sr. Presidente, Srs.



Deputados e Sr. Relator, a gente possa entender, é a principal rodovia que liga o norte do Paraná ao Sul. Ou seja, o nosso corredor para o Porto de Paranaguá é a Rodovia do Café. Essa rodovia não recebeu restauração alguma. Nós estamos quase no quarto ano, praticamente já entramos no quarto ano. Foi implantada em junho de 98. Nós vamos entrar no quarto ano dela, entramos no quarto ano.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Qual é o nome dessa BR?

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – A Rodovia do Café, é a BR...

O SR. PAULINHO DALMAZ – É a 376.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE – 376. Ela não recebeu restauração, ela recebeu os remendos malfeitos — eu sou usuário, vou passar nela amanhã novamente —, e os trechos, os pontos críticos... Veja bem, nós pagamos pedágio pesado. Só para se ter uma idéia, três atividades ficam inviabilizadas com o preço do pedágio que nós temos hoje: avicultura, suinocultura — isso completamente descartado — e leite, porque são atividades cuja rentabilidade é mínima. O pedágio inviabiliza essas atividades. Essa rodovia, ela não tem acostamento. Se você fura um pneu, você não tem onde encostar o carro. Se estiver chovendo, o caminhoneiro não pode... ele tem que parar o carro em cima da pista, porque o acostamento é de terra, na serra. Não tem espaço para o caminhão. Então, a pergunta que nós estamos fazendo é porque eu pretendo questionar as concessionárias. Porque nós tivemos... No período entre a data da implantação e o período em que houve a redução tarifária — até houve esta pendenga judicial, em que acabaram ganhando as concessionárias, porque os contratos previam isso — houve um período de arrecadação, em que nada se fez, nada se fez, a não ser cortar o mato e, eventualmente, corrigir a sinalização, as faixas de rodovia, exclusivamente. Eles



arrecadavam, eles exploravam publicidade. No período dessa arrecadação, não houve nenhum tipo de benfeitoria que justificasse esse período em que as concessionárias estavam cobrando do usuário. Essa é a colocação. A Rodovia do Café, o senhor pode afirmar que ela recebeu qualquer tipo de melhoria nesses pontos que eu citei, onde não tem acostamento, onde o pavimento é de péssima qualidade e sequer foi feita a restauração a não ser os tapa-buracos que eles fazem quando chove.

O SR. PAULINHO DALMAZ – Eu volto a afirmar a V.Exa. que tudo, dentro de um programa de concessões, tem suas fases a serem feitas. Logicamente que o aumento de capacidade daquela rodovia existente, ele vem junto com a restauração. Num primeiro momento, foram feitos todos os trabalhos de recuperação da rodovia. Não podemos negar que a rodovia recebeu melhorias, recebeu melhorias substanciais. E agora, com a restauração, na fase de restauração, vem a restauração e, logicamente, vem essa citação que o senhor faz: a melhoria dos acostamentos da rodovia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE - Gostaria de sugerir, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a gente incluísse, então, essas rodovias delegadas para um estudo aprofundado, para o exame desses contratos, para se fazer um levantamento do que foi arrecadado, do que foi investido, para que a gente possa esclarecer, então, ao povo paranaense, porque, como eu disse, embora tenha sido delegado, é um patrimônio federal, foi construído com recurso federal, e isto está trazendo uma intranqüilidade muito grande à população paranaense, especialmente à classe produtora. E é para que a gente possa fazer um levantamento mais aprofundado. Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Esta Presidência acata a vossa sugestão e nós vamos fazer a análise e dar provimento. (*Pausa.*) Nós estamos encerrando os trabalhos da nossa Comissão, aqui no Paraná, agradecendo a todos que contribuíram para a realização desse trabalho, toda a estrutura da Câmara dos Deputados que nos acompanhou tão bem, e também à Assembléia Legislativa, na pessoa do Sr. Presidente, Hermas Brandão, que nos cedeu toda a estrutura para que nós pudéssemos realizar com dignidade o nosso trabalho. Registrando que hoje também é o aniversário do nosso colega, Deputado Norberto Teixeira, ao qual nós desejamos felicidade e que ele continue com essa mesma vibração e essa energia e sendo esse amigo que ele é. Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta sessão, agradecendo também ao grupo da Polícia Federal que está nos acompanhando, convocando uma reunião para a próxima terça-feira, lá em Brasília — terça, Dra. Regina, ou quarta-feira; terça ou quarta-feira da próxima semana, lá em Brasília. Está encerrada a sessão.